

SUSAN SQUAIR

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO REALIZADAS NO ÂMBITO DO  
PROJETO DE EXTENSÃO GRUPO DE JÚRI IURIS TRIVIUM

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial à obtenção do grau de  
Bacharela, Curso de Direito, Setor de Ciências  
Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. André Peixoto de Souza

CURITIBA

2018

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à minha família, pela compreensão da ausência nos momentos que foram dedicados à elaboração desse trabalho, bem como pelo apoio que sempre me ofereceram em todas as etapas de minha trajetória acadêmica.

Postumamente, a Luciano Alves de Bastos, que jamais saberá que seu nome consta neste trabalho, pelas lições de vida que não poderiam ter sido aprendidas senão pelo contato que foi propiciado pelo desenvolvimento do projeto de extensão que norteia o presente relatório.

Às e aos colegas do Grupo de Júri Iuris Trivium, que comigo trilharam o caminho que possibilitou a consolidação do projeto de extensão, e que tanto trabalham pela concretização do direito à defesa técnica de qualidade e pela formação de uma cultura de júri mais leal e técnica.

Ao Dr. Daniel Ribeiro Surdi de Avelar, juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba, cuja atuação foi essencial para possibilitar a formação do Grupo e a consolidação do projeto de extensão Iuris Trivium.

Por fim, e com especial relevância, ao meu orientador, Prof. Dr. André Peixoto de Souza, pela compreensão nos meus momentos de desesperança, pelo apoio e confiança que sempre destina a seus alunos, e pela amizade formada ao longo destes anos de trabalho.

*matar, a forma mais alta de amar,  
matar em nós a vontade de matar,  
voltar a matar a vontade,  
matar, sempre, matar,  
mesmo que, para isso,  
seja preciso todo o nosso amar  
(Paulo Leminski)*

## **RESUMO**

O presente trabalho sintetiza as atividades realizadas no âmbito do projeto de extensão Grupo de Júri Iuris Trivium desde sua formação. Apresentam-se neste relatório, portanto, o desenvolvimento fático que levou à criação do grupo de estudos Iuris Trivium, desde sua fundação como equipe de competição para a Primeira Liga Curitibana de Júri Simulado, passando pelas questões que levaram à identificação da carência no ensino das matérias relativas ao Tribunal do Júri no âmbito das disciplinas regulares ofertadas na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e a consequente transformação da equipe de competição em um grupo de estudos, e abordando a evolução que determinou a criação de um projeto de extensão ligado aos estudos de tal grupo. Finalizada a necessária contextualização referente ao nascimento do projeto, são analisadas as atividades realizadas após a institucionalização do projeto, em especial a atuação na defesa técnica do acusado Luciano Alves de Bastos em ação penal movida junto à 2ª Vara Sumariante do Tribunal do Júri de Curitiba/PR, a qual culminou na absolvição sumária do acusado. Por fim, apresentam-se os desdobramentos do projeto até o presente momento e um prospecto para sua continuidade. A metodologia empregada no presente trabalho é do tipo descritiva, aplicando-se uma abordagem predominantemente qualitativa.

Palavras-Chave: Projeto de extensão. Tribunal do Júri. Defesa técnica. Grupo de Júri Iuris Trivium.

## **ABSTRACT**

The present work summarizes the activities developed within the extension project Grupo de Júri Iuris Trivium since its formation. Therefore, the factual development that led to the creation of the study group Iuris Trivium is presented, from its foundation as a competitive team for the First Jury Simulation League of Curitiba, through the matters that led to the realization of the deficiency in the teaching modal of the subjects pertaining to the Jury environment amidst the regular subjects offered in the law school of Universidade Federal do Paraná and the consequent transformation of the competitive team in a study group, and perusing the process which determined the creation of an extension project connected to that group's studies. After the imperative contextualization about the beginning of the project, follows the analysis of the activities performed after its institutionalization, especially the agency as the technical defence of the defendant Luciano Alves de Bastos in the criminal action moved before the 2<sup>a</sup> Vara Sumariante do Tribunal do Júri de Curitiba/PR, which culminated with his summary acquittal. Finally, the unfolding of the project so far is presented, as well as a prospect for the future. The methodology used in the present work is of the descriptive quality, and a predominantly qualitative approach is applied.

Key words: Extension project. Jury. Technical defence. Iuris Trivium Jury Group.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>O GRUPO DE ESTUDOS, PESQUISA E SIMULAÇÃO EM TRIBUNAL DO JÚRI IURIS TRIVIUM .....</b>	<b>10</b>
2.1	A EXPERIÊNCIA NA 1ª LIGA CURITIBANA DE JÚRI SIMULADO .....	10
2.2	O TRABALHO DO GRUPO DE ESTUDOS, PESQUISA E SIMULAÇÃO EM TRIBUNAL DO JÚRI IURIS TRIVIUM .....	12
2.3	RESULTADOS OBTIDOS PELO GRUPO DE ESTUDOS, PESQUISA E SIMULAÇÃO EM TRIBUNAL DO JÚRI IURIS TRIVIUM.....	20
<b>3</b>	<b>ESTABELECIMENTO DO PROJETO DE EXTENSÃO.....</b>	<b>24</b>
3.1	A PROBLEMÁTICA DA DEFESA TÉCNICA DOS RÉUS HIPOSSUFICIENTES NO TRIBUNAL DO JÚRI DE CURITIBA e a RELEVÂNCIA SOCIAL DO PROJETO .....	24
3.2	PROCEDIMENTOS ADOTADOS ANTES DO INÍCIO DAS ATIVIDADES EXTENSIONISTAS E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DO PROJETO .....	28
<b>4</b>	<b>CASO LUCIANO ALVES DE BASTOS.....</b>	<b>32</b>
4.1	ATUAÇÃO EXTRA-AUTOS DAS E DOS INTEGRANTES DO PROJETO.....	32
4.2	ATUAÇÃO DO PROJETO NO ÂMBITO JUDICIAL .....	36
<b>5</b>	<b>DESDOBRAMENTOS E RESULTADOS DO PROJETO DE EXTENSÃO.....</b>	<b>40</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>
	<b>ANEXO 01 – EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO DO PROJETO DE EXTENSÃO GRUPO DE JÚRI IURIS TRIVIUM – 2017 .....</b>	<b>43</b>
	<b>ANEXO 02 – PROVA APLICADA NO PROCESSO SELETIVO DE 2017 .....</b>	<b>44</b>
	<b>ANEXO 03 – DECISÃO DE NOMEAÇÃO NO PROCESSO DE LUCIANO ALVES DE BASTOS.....</b>	<b>47</b>
	<b>ANEXO 04 – DENÚNCIA CONTRA LUCIANO ALVES DE BASTOS.....</b>	<b>48</b>
	<b>ANEXO 05 – CERTIDÃO DE NÃO INTIMAÇÃO DE LUCIANO ALVES DE BASTOS .....</b>	<b>52</b>
	<b>ANEXO 06 – TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO – 14/09/2017 .....</b>	<b>53</b>
	<b>ANEXO 07 – TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO – 30/10/2017 .....</b>	<b>54</b>
	<b>ANEXO 08 – ALEGAÇÕES FINAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....</b>	<b>55</b>
	<b>ANEXO 09 – ALEGAÇÕES FINAIS FORMULADAS PELOS PARTICIPANTES DO PROJETO DE EXTENSÃO GRUPO DE JÚRI IURIS TRIVIUM .....</b>	<b>64</b>

<b>ANEXO 10 – SENTENÇA DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA DE LUCIANO ALVES DE BASTOS .....</b>	<b>68</b>
<b>ANEXO 11 – OFÍCIOS ENVIADOS A COMARCAS DIVERSAS DE CURITIBA/PR EM 2018 .....</b>	<b>75</b>
<b>ANEXO 12 – EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO DO PROJETO DE EXTENSÃO GRUPO DE JÚRI IURIS TRIVIUM – 2018 .....</b>	<b>79</b>
<b>ANEXO 14 – CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO NO PROJETO DE EXTENSÃO GRUPO DE JÚRI IURIS TRIVIUM EM 2017 .....</b>	<b>85</b>
<b>ANEXO 15 – RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO NO PROJETO DE EXTENSÃO GRUPO DE JÚRI IURIS TRIVIUM – 2017 .....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXO 16 – RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO NO PROJETO DE EXTENSÃO GRUPO DE JÚRI IURIS TRIVIUM – 2018 .....</b>	<b>89</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em um relatório das atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão Grupo de Júri Iuris Trivium, as quais, em razão da recente institucionalização como projeto junto à Universidade, bem como da necessidade de adequações nos procedimentos burocráticos empregados para aumentar o âmbito de atuação do projeto, serão analisadas em sua íntima conexão com o Grupo de Estudos, Pesquisa e Simulação em Tribunal do Júri Iuris Trivium. Deste modo, serão incluídas neste relatório as atividades deste que, em um desenvolvimento sistemático, culminaram com a criação do projeto de extensão.

Destarte, é necessário destacar que as atividades desenvolvidas tanto no âmbito do projeto quanto anteriormente pelo grupo de estudos possuem caráter eminentemente prático-jurídico, voltado especificamente à atuação defensiva criminal no Tribunal do Júri. Nesse sentido, o projeto toma a forma de assistência jurídica casuística a réus hipossuficientes acusados da prática de crimes dolosos contra a vida.

Em razão dessa característica, a metodologia empregada no desenvolvimento do projeto consiste primordialmente na análise pormenorizada dos autos dos processos judiciais de responsabilidade do projeto, buscando compreensão plena das questões fáticas e de direito material e processual envolvidas no caso, e na elaboração de teses jurídicas aptas a ensejar a absolvição ou a redução da pena a ser aplicada ao réu, a serem apresentadas perante a Vara Sumariante ou o plenário do Tribunal do Júri.

Para embasar tais teses, são realizadas reuniões com os acusados cuja defesa cabe ao projeto, tanto para buscar melhor compreender os casos em análise quanto para orientar sua autodefesa, e eventualmente consultas a especialistas, tanto no próprio direito aplicado ao Tribunal do Júri quanto em matérias levantadas no processo, como peritos criminais, psicólogos e médicos, legistas ou não.

Quanto ao referencial teórico e bibliográfico empregado no desenvolvimento do projeto, igualmente se adequa ao caráter quase exclusivamente prático das atividades desenvolvidas, consistindo principalmente em cursos e manuais de direito penal e processual penal de autores filiados ao garantismo penal, destacando-se entre eles autores como Paulo César Busato, César Roberto Bittencourt, Juarez Cirino dos Santos, Aury Lopes Júnior e Gustavo Henrique Badaró. Ainda, recorre-se



a autores especializados no tema específico do Tribunal do Júri, como André Peixoto de Souza, bem como à literatura própria de outras áreas do conhecimento, como a medicina legal, em que se destacam os autores Genival Veloso de França e Helio Gomes, adequando-se os estudos às peculiaridades dos casos concretos analisados.

Partindo-se destes referenciais, o primeiro capítulo do presente trabalho tratará do desenvolvimento do Grupo de Estudos, Pesquisa e Simulação em Tribunal do Júri Iuris Trivium, partindo de seu surgimento como equipe competitiva, em 2015, abordando as questões que ensejaram sua consolidação como grupo de estudos em caráter permanente e os métodos empregados em suas atividades.

Em desenvolvimento lógico, o segundo capítulo abordará o contexto e o processo de criação do projeto de extensão, incluindo sua idealização, seus objetivos e seus pressupostos. Já o terceiro capítulo exemplificará as atividades desenvolvidas pelo projeto, por meio da análise pormenorizada da atuação na defesa de Luciano Alves de Bastos, em processo julgado perante a 2ª Vara Sumariante do Tribunal do Júri de Curitiba no ano de 2017.

Finalmente, o quarto capítulo trará as conclusões do presente trabalho, abordando os desdobramentos e resultados auferidos pelo projeto de extensão nos seus dois anos de atuação.

## **2 O GRUPO DE ESTUDOS, PESQUISA E SIMULAÇÃO EM TRIBUNAL DO JÚRI IURIS TRIVIUM**

O Grupo Iuris Trivium surgiu no ano de 2015, exclusivamente para participar de uma competição de simulação de julgamentos perante o Tribunal do Júri. Após uma derrota na primeira fase da competição, alguns integrantes do grupo decidiram continuar suas atividades visando a criar uma cultura de júri na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, dando origem ao grupo de estudos.

Posteriormente, o grupo se expandiu e adquiriu notoriedade, aprofundando seus estudos, aprimorando seus métodos e obtendo reconhecimento por seu trabalho, tendo sido campeão da 2ª Liga Curitibana de Júri Simulado e obtido uma coluna semanal para exposição do trabalho de seus membros no Canal Ciências Criminais<sup>1</sup>.

### **2.1 A EXPERIÊNCIA NA 1ª LIGA CURITIBANA DE JÚRI SIMULADO**

No segundo semestre de 2015, por iniciativa da gestão do Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS), foi criada na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) uma equipe de simulação de julgamento perante o Tribunal do Júri, com o propósito de participar de competição organizada pelo Curso Luiz Carlos, em parceria com o Dr. Daniel Ribeiro Surdi de Avelar, juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba/PR. A formação da equipe se deu por convite destinado a toda a comunidade discente da Faculdade e reunião de todos os interessados.

A competição em questão, realizada entre algumas das maiores Faculdades de Direito de Curitiba, consistia na simulação, pelas equipes selecionadas em cada estabelecimento de ensino, dos debates orais que compõem a segunda fase do procedimento especial do Júri. Os casos que foram simulados provinham de autos de processos penais reais que haviam sido submetidos a julgamento perante o 2º Tribunal do Júri de Curitiba e transitado em julgado, aos quais se concedeu acesso às equipes.

---

<sup>1</sup> Trata-se de página de *internet* que difunde conteúdos referentes ao Direito penal e ao Direito processual penal, de autorias diversas. Os artigos de autoria dos integrantes do Grupo podem ser encontrados em <<https://canalcienciascriminais.com.br/author/iuris-trivium/>>.

No decorrer das poucas semanas de preparação dessa equipe para a primeira fase da então Liga Curitibana de Júri Simulado, evidenciou-se a quase absoluta ausência de conhecimento teórico e prático, bem como de experiência, por parte das e dos estudantes que integravam a equipe no que se referia às peculiaridades próprias do Tribunal Popular. Com isso, em um curto espaço de tempo, a tese escolhida para ser apresentada ao Conselho de Sentença foi alterada diversas vezes, acompanhando a inconstância das opiniões da equipe.

Na data de 11 de setembro de 2015, a tese levada à disputa contra a Faculdade de Direito Curitiba por um grupo de cinco oradores, dos quais apenas dois sequer haviam assistido a um júri anteriormente, foi excessivamente técnica, pautada quase exclusivamente em conceitos da medicina legal, e apresentada de maneira absolutamente confusa e ininteligível para o Conselho de Sentença, traduzindo-se em uma atuação digna de nota por seu absoluto fracasso em quase todos os sentidos. Previsivelmente, a equipe foi então derrotada pelo grupo que representava a Faculdade de Direito Curitiba, que apresentou uma tese calcada no sentimentalismo e em grande parte desligada de viés técnico-jurídico.

Evidenciou-se na oportunidade também o cometimento de um erro crasso de viés processual por parte da equipe, consistente em reservar a apresentação de parte essencial da tese defensiva para o momento da tréplica. Quanto a tal erro, alerta Aury Lopes Júnior em seu trabalho *Direito Processual Penal* (2013 p. 1042):

Sérios problemas terá o advogado de defesa se não for capaz de expor claramente suas teses na primeira fase dos debates, deixando o restante para a tréplica. Isso porque, se o acusador perceber essa falha e não optar por fazer a réplica, os debates serão encerrados e não haverá mais oportunidade para a defesa falar. Essa é apenas uma, das inúmeras artimanhas e estratégias utilizadas no júri.

Após a cabal demonstração do desconhecimento por grande parte do corpo discente da Faculdade de Direito da UFPR a respeito das peculiaridades teóricas e práticas vinculadas à atuação perante o Tribunal do Júri, uma pequena parte daquela equipe, que foi extinta após o final da participação na Liga, manteve as reuniões, objetivando estruturar um grupo de estudos que pudesse suprir as lacunas percebidas. Estes estudantes estabeleceram as bases da estrutura do Grupo de Estudos, tendo surgido durante suas reuniões a denominação *Iuris Trivium*.

Desta forma, a partir do ano de 2016, estabeleceu-se um grupo com uma organização interna bem definida, não mais voltado apenas à competição, mas sim a aprimorar os conhecimentos específicos relativos à atuação nos julgamentos de crimes dolosos contra a vida. Com esse viés, o grupo recebeu diversos novos integrantes, consolidando-se com caráter permanente reconhecido pelo corpo discente.

## 2.2 O TRABALHO DO GRUPO DE ESTUDOS, PESQUISA E SIMULAÇÃO EM TRIBUNAL DO JÚRI IURIS TRIVIMUM

O revés enfrentado pela equipe competitiva da UFPR na primeira competição de que participou serviu a demonstrar a insuficiência dos conteúdos ministrados nas disciplinas regulares do curso de Direito para respaldar uma atuação prática no Tribunal do Júri, e a desenvolver em alguns dos estudantes que o viveram a determinação para suprir as lacunas verificadas. Ressalta-se que o ensino dos conteúdos relacionados ao Tribunal Popular costuma ser superficial no curso, em razão de serem eles apenas pequenas partes da grande quantidade de matérias que devem ser tratadas nas disciplinas de Direito Penal e Direito Processual Penal.

Estruturou-se então, a partir do início do ano de 2016, um grupo de estudos desvinculado da gestão do Centro Acadêmico, voltado principalmente ao aprofundamento dos conhecimentos aplicáveis aos casos corriqueiramente julgados pelo Tribunal do Júri, embora se mantivesse também a proposta original de participação nas competições de simulação que viessem a ocorrer. Estabeleceu-se entre as pessoas que idealizaram o grupo uma divisão de tarefas de modo a facilitar os estudos dos temas pertinentes, bem como a realização de reuniões semanais para discuti-los.

Com isso, consolidou-se uma rotina de aprofundamento teórico voltado à utilidade prática do conhecimento técnico. Inicialmente, os estudos foram focados nas bases jurídico-penais dos julgamentos pelo Tribunal Popular, especialmente quanto à segunda fase do procedimento especial em questão, e então se voltaram para os conceitos e técnicas necessários para a construção das teses jurídicas mais comumente utilizadas, para o desenvolvimento da retórica e da oratória, e finalmente, para o procedimento processual como um todo. Tais estudos

estabeleceram robusto referencial teórico, o qual posteriormente serviu de base para as atividades realizadas pelo projeto de extensão.

O ponto de partida dos estudos do grupo, derivado de seu propósito competitivo originário, foram as “regras do jogo” dos debates em plenário. Assim, o primeiro foco foram as diretrizes processuais da segunda fase do procedimento especial, desde a possibilidade de juntada aos autos de documentos a serem utilizados em plenário, até as regras referentes à apuração do resultado, excluindo-se dos estudos a normativa quanto à instrução realizada perante o Conselho de Sentença, uma vez que ela não é realizada durante as competições de que participa o grupo.

Explorou-se, assim, em termos de preparação para os debates orais, a problemática trazida pelo art. 479 do Código de Processo Penal, segundo o qual devem ser juntados aos autos com antecedência mínima de três dias úteis e ciência da parte contrária todos os documentos referentes à matéria fática sob julgamento cuja utilização se pretenda em plenário, sob pena de impossibilidade de menção a eles nos debates orais. Foram exploradas também as possibilidades de recusa dos jurados sorteados para compor o Conselho de Sentença<sup>2</sup>.

Destinou-se especial atenção à questão do tratamento que deve ser dispensado quando ocorre uma tentativa de utilização, durante os debates, de um documento juntado sem respeito ao prazo legal. Para Aury Lopes Jr., o pleito deve ser imediatamente indeferido pelo juiz presidente, sem consulta à parte surpreendida, pois consultá-la geraria situação de inegável prejuízo, tanto com a aceitação quanto com a negativa de utilização (2013 pp. 704-705 e 1044-1046).

No que diz respeito à regulamentação dos debates orais em si, além da questão do tempo a eles destinado e da impossibilidade de tréplica pela defesa quando o Ministério Público abre mão da réplica<sup>3</sup>, estudaram-se mais profundamente as questões referentes aos apartes e à quesitação.

---

<sup>2</sup> Estas são prerrogativas da defesa e do Ministério Público, devendo ocorrer nesta ordem, e podem ser motivadas “(por suspeição, impedimento, incompatibilidade e proibição), sem qualquer limite numérico, cabendo ao juiz decidir no ato sobre a procedência ou não da alegação”, ou imotivadas, limitadas a 3 para cada parte, prescindindo de qualquer fundamentação (LOPES JR., 2013 p. 1039)

<sup>3</sup> “Concluída a instrução (o último ato será, sempre, o interrogatório do réu), iniciam-se os debates, cabendo inicialmente à acusação e, após, à defesa o tempo de 1 hora e 30 minutos para exporem suas teses. Após, concede-se o prazo de 1h de réplica (acusação) e outro tanto para tréplica (pela defesa). Importante destacar que a defesa somente poderá fazer uso da tréplica se houver réplica por

Quanto ao primeiro tema, verificou-se a especial importância de suas hipóteses de cabimento, referentes à necessidade de elucidação de determinados pontos levantados pelas partes durante os debates, bem como à indicação da localização das informações passadas aos jurados nos autos, confirmando sua função de “garantir o controle da transparência e fidelidade da fundamentação exposta” (LOPES JR., 2013 p. 1043).

Já com relação ao segundo tema, as questões mais relevantes envolvem a apresentação dos quesitos ao Conselho de Sentença de forma a não causar cerceamento de defesa e a definição de quais deles correspondem a cada uma das teses defensivas que podem ser apresentadas. Em especial, tem-se a impossibilidade de apresentação aos jurados do quesito relativo à autoria ou participação de forma genérica, sem a exata individualização da conduta do acusado. Nesse sentido:

No que se refere à participação, reputamos nulo o chamado “quesito genérico”, através do qual, sem individualizar-se a imputação, questiona-se se o réu “concorreu de qualquer modo” para o resultado. Trata-se de uma fórmula aberta e indeterminada, que causa gravíssimo cerceamento de defesa pela abrangência da imputação, além de violar o princípio da culpabilidade, pois não individualiza a conduta do réu (LOPES JR., 2013 p. 1047)

Por outro lado, a relação dos quesitos com as possíveis teses defensivas revelou a necessidade de estudo aprofundado destas. Assim, passou-se a analisar pormenorizadamente, juntamente às questões processuais, as hipóteses de ocorrência de homicídio doloso, previstas no artigo 121 do Código Penal, por ser este o crime mais recorrente na prática forense do Tribunal do Júri. Simultaneamente, verificou-se a necessidade de se aprofundar também os estudos sobre alguns temas tratados na Parte Geral do Código Penal, de modo a possibilitar o desenvolvimento de teses acusatórias e defensivas.

O ponto de partida desse segundo momento de estudos não poderia ser diverso da própria leitura do dispositivo legal que tipifica o homicídio doloso, aliado à sua análise a partir da doutrina. Transcreve-se, portanto, em razão de sua especial relevância, o artigo 121 do Código Penal Brasileiro:

---

parte do acusador. Do contrário, o júri se encerra com os debates iniciais, de 1 hora e 30 minutos para cada parte.” (ibid., p. 1042)

**Homicídio simples**

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

**Caso de diminuição de pena**

§ 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

**Homicídio qualificado**

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II - por motivo fútil;

III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

**Feminicídio**

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

VII - contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

(...)

**Aumento de pena**

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos.

(...)

§ 6º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.

7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;

III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

Da leitura do dispositivo em questão, verifica-se que há três modalidades de homicídio doloso, quais sejam: simples, privilegiado e qualificado, além das majorantes que incidem sobre o crime. Disso decorre que a base da atuação profissional jurídica, seja por parte da acusação, seja por parte da defesa, deve ser a

compreensão do que configura um homicídio, bem como dos elementos que o podem privilegiar ou qualificar.

De forma especialmente simples, Bitencourt (2012 p. 49) define o homicídio como “a eliminação da vida de alguém levada a efeito por outrem”. Tal formulação reflete a simplicidade da própria forma legal constante do *caput* do art. 121 do Código Penal, bem como a amplitude deste tipo penal. Não há, nesse sentido, maiores dificuldades para a compreensão da essência do tipo, embora seja necessário atentar-se a peculiaridades das formas especiais de *matar alguém* eleitas pelo legislador penal como tipos específicos, a exemplo do infanticídio.

A primeira questão relevante para a atuação em plenário, decorrente dessa análise, é a demonstração de que os fatos sob julgamento dizem respeito a um ataque à vida da vítima, levado a efeito pelo réu. Revela-se portanto a necessidade de comprovação da materialidade do crime de homicídio<sup>4</sup>, do nexo de causalidade entre a ação do algoz e a morte da vítima e, evidentemente, de que o réu realmente foi esse algoz.

Nesse sentido, reputa-se evidente que, se a ação do réu não foi determinante para produzir o resultado de morte da vítima, não se pode imputá-lo a ele<sup>5</sup>. Tampouco se pode buscar a condenação de alguém, em um processo penal, por fato de autoria de terceiro, por respeito ao princípio da culpabilidade (BUSATO, 2015 p. 96).

Dessa forma, a acusação deve demonstrar que ocorreu um ataque à vida da vítima, e que foi o réu autor da ação que levou à sua morte, ou do atentado contra sua vida, no caso de tentativa. À defesa cabe gerar nos jurados dúvida suficiente para que não seja possível afirmar categoricamente algum desses elementos.

A comprovação da materialidade (existência do fato) e do nexo causal entre o fato e a ação do réu é julgada pelo Conselho de Sentença com a resposta ao primeiro quesito que se lhe apresenta (LOPES JR., 2013 p. 1047). Já a autoria é definida no segundo quesito (na formulação do qual, conforme já se mencionou,

---

<sup>4</sup> Nesse sentido, é essencial a advertência de Cezar Roberto Bitencourt: “Ademais, dentro dos crimes materiais, classifica-se entre aqueles que, na linguagem do Código de Processo Penal, *deixam vestígios*. E, para esses crimes, por segurança, o referido diploma legal exige que a sua *materialidade* seja comprovada por meio do *auto de exame de corpo de delito* (art. 158)” (2012 p. 57)

<sup>5</sup> Sobre o tema: “A relação de causalidade entre a ação e o resultado passa a ser um pressuposto mínimo para o reconhecimento da responsabilidade penal nos delitos de resultado.” (BUSATO, 2015 p. 331)



deve ser devidamente individualizada e determinada a conduta imputada ao réu). A resposta negativa a qualquer um desses quesitos iniciais prejudica os demais, determinando a absolvição do réu. A resposta negativa, por outro lado, determina sua condenação.

O quesito geralmente apresentado em terceiro lugar ao Conselho de Sentença diz respeito à absolvição, devendo ser apresentado, obrigatoriamente, em todos os casos, independentemente da tese defensiva, de forma genérica (LOPES JR., 2013 p. 1048). É pela resposta a esse quesito que se verifica a aceitação ou não pelos jurados da maior parte das teses defensivas comumente apresentadas, especialmente da incidência de excludentes de ilicitude<sup>6</sup>, dentre as quais se destaca a legítima defesa, definida no artigo 25 do Código Penal. Novamente, ressalta-se que a resposta positiva a esse quesito prejudica os demais, levando à absolvição do réu.

Em que pese a simplicidade da formulação legal, mencionada anteriormente, faz-se necessário ressaltar que somente os homicídios dolosos devem submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri, de forma que a ocorrência da modalidade culposa, ou o afastamento, por qualquer razão, do dolo, exclui sua competência. Assim, é imprescindível compreender a própria construção do dolo.

Para Busato (2015 p. 449), a “demarcação da fronteira entre o dolo e a imprudência reside em que, no primeiro, ao contrário da segunda, está presente o compromisso para com a produção do resultado”. O dolo se traduz, assim, na atuação positiva voltada à produção do resultado delituoso (no caso do homicídio, a morte), ou pelo menos pela aceitação, por parte do sujeito ativo, da probabilidade de sua produção, sem que esse sujeito altere de qualquer forma seu modo de agir para afastar esta probabilidade<sup>7</sup>. Ainda, assentou-se na doutrina em geral que a “identificação da conduta dolosa passa, pois, primeiro pela verificação do elemento intelectual e depois pela verificação de um elemento volitivo” (BUSATO, 2015 p. 411).

---

<sup>6</sup> “Trata-se da oferta de um rol permissivo de hipóteses em que a atitude de preservação de determinado interesse por parte do particular justifica a violação de algum comando proibitivo de modo tão geral que afasta completamente a ilicitude do caso. Para o autor e para eventuais partícipes, relativamente ao âmbito penal e a outros âmbitos jurídicos.” (BUSATO, 2015 p. 470)

<sup>7</sup> Trata-se, nesta segunda possibilidade, do dolo eventual, no qual Busato afirma que “o compromisso para com a produção do resultado se estabelece através do desprezo das possibilidades e não através do sentido de um direcionamento da intenção de produção do resultado” (ibid., p. 420)

Importa também destacar que, sendo o sistema penal brasileiro pretensamente democrático, e portanto calcado na presunção de inocência consagrada pelo art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, o dolo se traduz, verdadeiramente, na *prova do dolo*. Nesse sentido:

Ocorre que o dolo é a forma mais grave de atribuição subjetiva do ilícito, e assim, não é possível admiti-lo sem uma concreta demonstração. Por isso, o reconhecimento do dolo sempre dependerá de uma demonstração objetiva da intenção subjetiva. Desse modo, a ideia do que fundamenta o dolo está completamente conectada com sua demonstração, definitivamente, com sua prova. (BUSATO, 2015 p. 401)

Cabe, assim, ao Ministério Público comprovar que o réu submetido a julgamento pelo Tribunal Popular conhecia as circunstâncias potencialmente lesivas à vida da vítima, e que atuou demonstrando compromisso para com a eliminação dessa vida. Por outro lado, existe a possibilidade de a defesa demonstrar a ausência do dolo, seja por ter o réu agido em uma das hipóteses de erro aceitas por nosso ordenamento, seja por demonstrar intenção diversa da eliminação da vida alheia.

Pelo rito processual aplicado, a questão da existência ou ausência de dolo contra a vida é submetida ao julgamento do Conselho de Sentença, quando questionada pela defesa, traduzindo-se na desclassificação própria do delito (LOPES JR., 2013 p. 1049). Nos casos de tentativa, é também nesse momento que se verifica a possível ocorrência de desistência voluntária ou arrependimento eficaz (art. 15 do Código Penal). Quanto ao tema, cabe a advertência de Aury Lopes Jr. (2013 p. 1051):

Mesmo quando a tese defensiva é a desclassificação, se os jurados negarem o respectivo quesito, deve ser feito o quesito obrigatório da absolvição.

Em sentido diverso, se os jurados acolherem a tese defensiva e responderem “não” a esse terceiro quesito, estarão afastando sua competência, havendo assim a desclassificação própria. Caberá então ao juiz presidente julgar o feito, diante da desclassificação realizada.

Conforme preceitua o art. 483 do CPP, caso o Conselho de Sentença condene o réu, respondendo negativamente ao quesito genérico da absolvição, passa a ser necessário definir a modalidade de homicídio doloso verificada no caso concreto. Assim, questiona-se aos jurados quanto às circunstâncias fáticas que

configuram o privilégio, caso ele seja alegado durante os debates orais, e as circunstâncias qualificadoras alegadas pelo Ministério Público.

O privilégio é previsto no art. 121, §1º, do Código Penal como circunstância minorante, que se configura quando o crime é cometido por motivo de relevante valor social ou moral<sup>8</sup>, ou quando o agente age sob o domínio de violenta emoção, logo após injusta provocação da vítima<sup>9</sup>. Sua configuração deve ser quesitada imediatamente após a negativa de absolvição por parte do Conselho de Sentença, sob pena de nulidade absoluta do julgamento, conforme determina a súmula 162 do STF, *in verbis*: “É absoluta a nulidade do julgamento pelo júri, quando os quesitos da defesa não precedem aos das circunstâncias agravantes”.

Quanto às circunstâncias qualificadoras, tem-se que se dividem em subjetivas, relativas aos motivos do crime, e objetivas, referentes aos seus meios ou modos de execução ou aos seus fins. Embora a importância dessas circunstâncias tenha sido reconhecida pelo grupo, destinando-se a elas estudo aprofundado, o caráter sintético do presente trabalho não permite sua exploração detalhada, de modo que limita-se nesse ponto à menção de que, enquanto as qualificadoras objetivas são compatíveis com o privilégio, as subjetivas não o são, de forma que “sendo respondidos positivamente os quesitos das privilegiadoras, ficam prejudicados aqueles referentes às qualificadoras subjetivas” (BITENCOURT, 2012 p. 81).

Concomitantemente aos estudos teóricos, a finalidade competitiva do grupo foi mantida, de forma que, em razão da participação nas edições seguintes da Liga de Júri Simulado, a qual em 2017 expandiu-se, tornando-se Estadual, foi exigida a análise dos casos concretos simulados na competição. Esta análise revelou a necessidade de ampliação dos conteúdos estudados para além do âmbito do Direito, bem como do desenvolvimento de técnicas de retórica e oratória que possibilitassem sustentações orais de qualidade durante as simulações.

---

<sup>8</sup> “*Motivo de relevante valor social* é aquele que tem motivação e interesse coletivos, ou seja, a motivação fundamenta-se no interesse de todos os cidadãos de determinada coletividade; *relevante* é o importante ou considerável *valor social*, isto é, do interesse de todos em geral, ao contrário do *valor moral*, que, de regra, encerra interesse individual.” (BITENCOURT, 2012 p. 74).

<sup>9</sup> “A injustiça da provocação deve ser de tal ordem que justifique, de acordo com o consenso geral, a repulsa do agente, a sua indignação. Essa repulsa não se confunde com a legítima defesa, como *injusta provocação* tampouco se confunde com *agressão injusta*.” (ibid., p. 76).

Diante disso, passaram a ser objeto de estudo do grupo, além dos temas jurídicos supramencionados, conteúdos aplicados de medicina legal, perícia criminal, psicologia forense, entre outros. Para o desenvolvimento dos conhecimentos de tais temas, além da consulta à bibliografia, que se encontra, em parte, referenciada ao final deste trabalho, foram realizadas reuniões, consultas e parcerias com especialistas em cada um deles, a exemplo da perita criminal Jussara Joeckel, vinculada ao Instituto de Criminalística do Paraná.

Ainda, com vistas a aprimorar as capacidades discursivas e argumentativas dos integrantes do grupo, passou-se a realizar frequentes debates dirigidos dos temas estudados, bem como simulações dos debates orais dos casos analisados no âmbito da competição na Liga de Júri Simulado entre os próprios membros do grupo, submetendo as teses elaboradas à apreciação de outros estudantes da Faculdade de Direito da UFPR. Boa parte dos integrantes do grupo também passou a acompanhar as sessões de julgamento realizadas no Tribunal do Júri de Curitiba.

### 2.3 RESULTADOS OBTIDOS PELO GRUPO DE ESTUDOS, PESQUISA E SIMULAÇÃO EM TRIBUNAL DO JÚRI IURIS TRIVIUM

A dedicação ao aprofundamento dos conhecimentos específicos relacionados à atuação no Tribunal do Júri gerou ao grupo reconhecimento tanto no âmbito da Faculdade de Direito da UFPR, com o crescimento significativo no número de integrantes do grupo e o apoio sistemático de diversos docentes, quanto externamente a ela, de diversas maneiras.

Ao final do ano de 2016, os trabalhos desenvolvidos culminaram com a conquista do campeonato da 2ª Liga Curitibana de Júri Simulado. A conquista foi construída com uma série de vitórias, todas pautadas por uma argumentação eminentemente técnica, calcada principalmente em elementos do direito penal, da medicina legal e da criminalística, e rigorosamente submetidas aos ditames do procedimento prescrito pelo Código de Processo Penal, a ponto de suscitar conflitos entre o diploma legal e o regulamento da competição durante as simulações.

Em fevereiro de 2017, o grupo foi convidado a auxiliar aos promotores atuantes no Tribunal do Júri de Curitiba na preparação para a sessão de julgamento de um caso emblemático de homicídio qualificado que fora desaforado para Curitiba em razão da influência do réu. Nesta oportunidade, integrantes do grupo, entre

outras atividades de apoio à atuação ministerial, ofereceram aos integrantes do *parquet* uma análise externa, livre de vícios, do discurso apresentado em plenário, objetivando aproximá-lo do Conselho de Sentença.

No mesmo ano, a partir da intervenção do Prof. Dr. André Peixoto de Souza, o *Iuris Trivium* estreou como colunista no *website* Canal de Ciências Criminais. A partir da concessão do espaço, parte dos integrantes do grupo passou a escrever artigos de opinião sobre diversos temas do Direito material e processual penal, os quais eram publicados na página semanalmente.

O aprofundamento e a frequência dos trabalhos realizados pelo grupo conduziram à necessidade de ampliação de seu escopo, tanto pela impossibilidade de se manter a vocação à *práxis* característica do grupo desde sua origem caso se optasse pela teorização intensiva sobre cada tema estudado, quanto pela limitação lógica representada pela manutenção do foco dos estudos somente na segunda fase do procedimento especial do Júri. Com isso, surgiu a necessidade de destinar maior atenção à primeira fase deste procedimento e suas peculiaridades.

Nesse segundo momento, os estudos se concentraram principalmente no momento final do chamado *jus accusationis* e nas possibilidades que nele se apresentam. Não obstante, dedicou-se atenção também às nulidades que podem surgir durante a primeira fase do rito do júri, como a inversão na ordem de oitiva das testemunhas<sup>10</sup>.

Grande interesse foi destinado às possibilidades de *mutatio* e *emendatio libeli* que se apresentam após a instrução preliminar, pois estas possuem influência direta sobre os debates em plenário, uma vez que estes ficam adstritos aos limites da decisão de pronúncia (LOPES JR., 2013 p. 1009). Sobre o tema, a questão mais relevante verificada foi a necessidade de aditamento da denúncia, com consequente reabertura da instrução processual, sempre que se verificar ao final desta primeira fase processual alterações na situação fática narrada na exordial acusatória que impliquem em nova classificação jurídica do delito imputado ao réu (LOPES JR., 2013 p. 1007).

Tal relevância se dá principalmente porque, inexistindo o aditamento, nenhuma circunstância de fato que possa servir para justificar o agravamento da

---

<sup>10</sup> Sobre o tema: LOPES JR., op. cit., p. 1006

imputação que se faz ao réu que não esteja presente na denúncia não pode ser arquivada em plenário, sob pena de nulidade do julgamento.

Além dessas especificidades e do estudo, ainda que superficial, das determinações procedimentais a que se submete a primeira fase do rito especial, como prazos e números de testemunhas que podem ser arroladas pelas partes, destinou-se especial atenção às possibilidades de decisão por parte do juízo ao final da instrução preliminar, quais sejam, nos termos dos arts. 413, 414, 415 e 419 do CPP: pronúncia, impronúncia, absolvição sumária e desclassificação.

A desclassificação na primeira fase do rito do júri, como leciona Aury Lopes Jr. (2013 pp. 1024-1025), pode ser própria, quando o juiz dá classificação diversa ao fato, consistindo este em crime que não é da competência do júri, e remete os autos ao juízo competente; ou imprópria, quando o crime, embora não seja o que se imputou na denúncia, continua da competência do júri, hipótese em que o juiz desclassifica o delito, mas pronuncia o réu.

Ainda, é relevante ressaltar que a desclassificação não ocorre somente de um delito mais grave para um menos grave, podendo ocorrer em sentido inverso, como na hipótese de que, tendo sido na denúncia imputado um infanticídio (art. 122 do CP), conclui-se durante a instrução que a ré não estava sob a influência do estado puerperal, de forma que é pronunciada por homicídio.

A decisão de pronúncia “marca o acolhimento provisório, por parte do juiz, da pretensão acusatória, determinando que o réu seja submetido ao julgamento do Tribunal do Júri”, encerrando a primeira fase do rito especial e servindo como limite da acusação a ser apresentada no plenário, durante a segunda fase (LOPES JR., 2013 pp. 1008-1009). Quanto a ela, o aspecto mais relevante diz respeito a suas limitações formais, especialmente a vedação ao chamado excesso de linguagem<sup>11</sup>.

A impronúncia é um diagnóstico de incerteza, devendo ocorrer nas situações em que não há elementos suficientes de materialidade e autoria para justificar a submissão dos fatos ao Conselho de Sentença, mas tampouco há elementos aptos a ensejar a absolvição sumária (LOPES JR., 2013 p. 1018). Para Aury Lopes Jr., é uma situação ilegal de “pendência” em que nada é resolvido (ibid., p. 1019).

---

<sup>11</sup> Quanto a tais limitações: “Não pode o juiz afirmar a autoria ou a materialidade (especialmente quando ela é negada pelo réu), sob pena de induzir ao prejulgamento por parte dos jurados. Deve restringir-se a fazer um juízo de verossimilhança” (LOPES JR., 2013 p. 1009)

Já a absolvição sumária somente pode ocorrer nas hipóteses apresentadas pelo art. 415 do CPP, e exige juízo de certeza, não de dúvida, por parte do juiz. Tais hipóteses se restringem à prova de inexistência do fato ou de negativa de autoria, à atipicidade do fato ou à existência de excludentes de culpabilidade diversas da inimputabilidade (LOPES JR., 2013 pp. 1021-1022).

Além dessas especificidades do rito especial do júri, o grupo dedicou-se ao estudo de técnicas práticas de condução e exploração durante os debates das oitivas de testemunhas, solidificando um conhecimento amplo da *práxis* no tribunal, que sequer se poderia cogitar quando da primeira atuação em competição, em 2015.

### **3 ESTABELECIMENTO DO PROJETO DE EXTENSÃO**

A observação do cotidiano do Tribunal do Júri de Curitiba revelou deficiências na prestação jurisdicional decorrente de suas atividades. Diante delas, surgiu entre os integrantes do Grupo de Estudos, Pesquisa e Simulação em Tribunal do Júri Iuris Trivium a intenção de atuar de forma a influenciar positivamente a cultura de Júri estabelecida na capital paranaense, ainda que de forma restrita. Decorreu dessa intenção a criação do projeto de extensão Grupo de Júri Iuris Trivium.

O estabelecimento do projeto se deu por iniciativa das e dos estudantes, contando com o apoio do Prof. Dr. André Peixoto de Souza, tendo sido conduzidos pelos discentes todos os procedimentos de institucionalização do projeto junto à Universidade, bem como todos os trâmites necessários para permitir seu funcionamento. Da mesma forma, o protagonismo na condução das atividades do projeto permanece sendo dos alunos, o que é favorecido pela forma com que elas são organizadas.

#### **3.1 A PROBLEMÁTICA DA DEFESA TÉCNICA DOS RÉUS HIPOSSUFICIENTES NO TRIBUNAL DO JÚRI DE CURITIBA E A RELEVÂNCIA SOCIAL DO PROJETO**

Conforme se expôs no capítulo anterior, a atuação na Liga Curitibana de Júri Simulado possibilitou às e aos integrantes do grupo grande aproximação a vários profissionais atuantes no Tribunal, intensificou seu interesse no acompanhamento dos julgamentos nele realizados, e culminou com um aprofundamento das pesquisas realizadas sobre toda a gama de temas atinentes a essa especialidade do direito.

Por sua vez, a interação com os profissionais e o acompanhamento do cotidiano do Tribunal do Júri de Curitiba evidenciaram a existência de grande defasagem entre a capacidade de atuação da Defensoria Pública e o número de processos contra réus hipossuficientes em curso. Nesse sentido, destaca-se que, embora existam duas Varas do Tribunal do Júri em atividade na capital paranaense, cuja competência se estende desde o inquérito policial até a realização da sessão de julgamento, e três promotores com atribuições para atuar junto a cada uma delas, há somente um defensor público atuante no Tribunal, com atribuições exclusivas



para os processos em trâmite perante a Segunda Vara. Esse cenário resulta na atribuição de um número considerável de processos a defensores dativos.

Além de revelar a notória ineficiência do Estado no cumprimento da obrigação que lhe impõe o art. 98 da Constituição Federal<sup>12</sup>, essa situação implica em uma aparente ausência, ou pelo menos grave deficiência, de uma defesa técnica especializada na assistência jurídica a réus hipossuficientes. Isso parece lógico no caso dos defensores dativos, uma vez que estes são advogados sem vínculo com o Estado, os quais, presume-se, atuam mediante contratos onerosos, defendendo réus que possuem condições de arcar com seus honorários, e que, em tese, exercem múnus público de maneira excepcional.

Não obstante, o problema também atinge a Defensoria Pública, apesar de ser justamente essa especialização seu papel. Esta contradição aparente se explica pela ausência de recursos suficientes para proporcionar uma defesa técnica de qualidade e correspondente às especificidades dos réus hipossuficientes, a qual pode ser constatada pela evidente sobrecarga ao único defensor.

Para que não se estabeleça a impressão equivocada de que a constatação ora apresentada constitui uma crítica ao trabalho exercido pelo defensor em questão, ou mesmo pela própria Defensoria Pública como instituição, faz-se necessário ressaltar que, principalmente no âmbito do Direito penal, a defesa de réus hipossuficientes não pode ser equiparada à daqueles que possuem condições de custear sua própria defesa.

Parece certo que no processo penal, parte-se de uma disparidade de armas, uma vez que enquanto o Ministério Público, como órgão acusador, tem a seu dispor toda a estrutura de polícia judiciária, o acusado dispõe apenas de seus próprios meios para buscar a produção das provas que possam corroborar suas alegações. Ainda que esse desequilíbrio deva ser mitigado pela atividade jurisdicional, inclusive pelo emprego da máquina estatal na produção de provas em favor do réu, e não somente contra ele, por vezes isso não se mostra possível nas condições dos casos concretos.

Essa disparidade se manifesta independentemente da situação econômica do acusado. Contudo, reputa-se que um réu que possua boas condições financeiras

---

<sup>12</sup> “Art. 98. O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população.” (BRASIL, 1988)

pode buscar por si próprio a produção de provas em seu favor, a exemplo da nomeação de assistentes técnicos, da realização de perícias independentes, da consulta a profissionais de áreas diversas do Direito, entre muitas outras. O mesmo não pode ser dito quanto aos réus hipossuficientes, e diante dessa incapacidade, deveria caber a sua defesa técnica empreender esses esforços, sendo somente assim possível realmente concretizar a amplitude – e, no caso do Tribunal do Júri, *plenitude* – de defesa.

A realidade, todavia, não é esta. Conforme já se mencionou, os recursos de que dispõe a Defensoria Pública, se já insuficientes para garantir sua atuação em todas as Varas Criminais, ou mesmo em todas as Varas do Tribunal do Júri de uma comarca, certamente são demasiadamente limitados para permitir a realização de diligências custosas favoráveis a cada um dos réus a cuja defesa se presta.

Por outro lado, não é razoável esperar que um defensor dativo empregue recursos próprios, ou mesmo parte de seus honorários referentes ao caso, para realizar essas mesmas diligências, potencialmente comprometendo seu próprio sustento e o de sua família. De modo geral, portanto, verifica-se que não se dá a devida atenção às especificidades da defesa de réus hipossuficientes, o que, no Tribunal do Júri, tende a gerar impacto ainda maior que em outras instâncias.

Essa majoração do impacto se dá, pelo menos em parte, em razão da forma com que se estabelecem boa parte dos debates em plenário, perante o Conselho de Sentença. Em razão de ser o Conselho formado por cidadãos leigos, cuja decisão é sempre imotivada, muitas vezes o que se verifica durante as sessões de julgamento é o preterimento da tecnicidade e da restrição ao caso concreto e suas provas por argumentos genéricos e por vezes até mesmo falaciosos que buscam tão somente despertar nos jurados simpatia, empatia ou desprezo pelo acusado, ou mesmo pelos próprios advogados ou promotores, levando a uma decisão muito mais emocional ou passional que jurídica por parte do Conselho de Sentença.

Tal ausência de tecnicidade nas sustentações orais que formam o convencimento do Conselho de Sentença é extremamente prejudicial para um sistema jurídico que se pretende garantista, segundo o qual qualquer condenação somente pode ter por base provas capazes de afastarem dúvidas da responsabilidade do acusado e, a contrário senso, a abundância de provas a indicarem tal responsabilidade impõe a condenação. Ela permite até mesmo lançar dúvidas sobre a eficácia de toda a construção que consagra a necessidade de que

se realize um direito penal do fato e traduzir o trabalho realizado no Tribunal do Júri a um exercício de verdadeiro direito penal do autor<sup>13</sup>.

Da constatação de todo esse cenário problemático que envolve o julgamento das pessoas menos favorecidas de nossa sociedade perante o tribunal popular, surgiu entre os integrantes do Iuris Trivium a intenção de atuar de forma a contribuir com sua transformação, ainda que isso ocorresse apenas em um número reduzido de casos. Foi com essa intenção que se passaram a desenhar as bases do que se tornaria o projeto de extensão objeto do presente trabalho.

Um dos pontos positivos identificado na participação de estudantes na defesa de réus hipossuficientes foi a possibilidade de desenvolvimento de uma atuação integralmente focada nas especificidades desse grupo, voltada à concretização da garantia fundamental de acesso à justiça. Essa possibilidade se estabelece principalmente em razão da atuação estudantil se dar sobre um número reduzido de casos e em grupo, o que elimina a sobrecarga de trabalho a que estão submetidos os profissionais que geralmente atuam nos processos.

Nesse sentido, tem-se que cada um dos participantes do projeto assume, ao decidir integrá-lo, a obrigação de dedicar pelo menos quatro horas semanais à defesa a que o grupo tenha sido designado. Ainda, ressalta-se que a dinâmica em que se estabeleceu o projeto, que será detalhada na sequência, determina que cada estudante somente se dedique a um processo de cada vez, não havendo nenhuma hipótese de conflito pela atuação em mais de um caso simultaneamente.

Além disso, existe a possibilidade de emprego de recursos próprios de boa parte dos participantes, e, principalmente, da Universidade, na realização de diligências voltadas à concretização da defesa do acusado. Isso garante a possibilidade de realização de esforços práticos, como o deslocamento das e dos estudantes até o local de residência ou trabalho do réu para possibilitar o

---

<sup>13</sup> Sobre este tema, Paulo César Busato (2015, p. 95) leciona ser “Claro que é possível pensar tanto em “culpabilidade pelo fato individual como culpabilidade pelo modo de vida”, mas só a primeira é adequada a um modelo de sistema de imputação criminal de um Estado de Direito”, e ainda que “Se a culpabilidade refere-se ao fato e é também pessoal, será relativa à culpa que cada um tem **pelo seu fato**. Ou seja, ninguém pode ser culpabilizado por fato alheio na medida em que a culpabilidade é pessoal. Os limites impostos pelo princípio de culpabilidade exigem que a responsabilidade penal seja de cada um pela sua ofensa ao bem jurídico, nos estritos limites de sua própria contribuição para a aflição ao bem jurídico.” (ibid., p. 96. Grifo no original). Esposa-se neste trabalho o entendimento de que basear os discursos em características presentes ou passadas do autor, e não nas circunstâncias específicas do fato em julgamento, como forma de convencer o Conselho de Sentença, viola os princípios e pressupostos basilares de um Direito penal garantista.

planejamento de sua defesa e até o local do crime para verificar suas condições e a possível existência de câmeras ou outras fontes de provas relevantes.

Talvez ainda mais relevante é a disponibilidade dos recursos teóricos e humanos, não somente materiais, da Universidade, em benefício dos réus. Nesse sentido, sendo a instituição a patrocinar a defesa, o réu tem a sua disposição todo o acervo das bibliotecas e o conhecimento de grandes especialistas e profissionais renomados vinculados à Universidade, tanto na área do direito quanto em outras igualmente relevantes para a realização de julgamentos no Tribunal do Júri, como a medicina, a física, a química e a psicologia. Dado o caráter subjetivo das decisões do júri, já anteriormente mencionado, tal respaldo científico pode causar um impacto de extrema relevância sobre uma eventual decisão do Conselho de Sentença.

Por outro lado, é evidente que os benefícios dessa atuação não se destinam somente aos réus atendidos. Aos e às estudantes, proporciona-se uma oportunidade ímpar, que não se estabeleceria em nenhuma disciplina da grade regular, ou até mesmo por meio de estágios, de vivenciar a prática da defesa criminal, incluindo as diversas decisões que ela impõe.

Ademais, estabelece-se uma experiência de alteridade, pois as e os estudantes, para desempenhar satisfatoriamente seu papel no projeto, devem ter contato e buscar compreender da forma mais completa possível realidades sociais muito diversas daquela experimentada no ambiente universitário e jurídico.

Todas as questões benéficas apontadas, aliadas à vontade de levar ao cotidiano do Tribunal do Júri a postura técnica e comprometida com os casos concretos considerada correta pelos e pelas integrantes do Grupo Iuris Trivium, levou à decisão de empreender todos os esforços necessários para que essa atuação se fizesse possível.

### 3.2 PROCEDIMENTOS ADOTADOS ANTES DO INÍCIO DAS ATIVIDADES EXTENSIONISTAS E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DO PROJETO

Todo o processo de criação do projeto de extensão foi de iniciativa das e dos estudantes interessados em sua efetivação, sendo desenvolvido por estes sob a supervisão do Prof. Dr. André Peixoto de Souza. Trata-se, portanto, de uma iniciativa da comunidade discente, que somente depois de consolidada recebeu o respaldo institucional.

As primeiras providências que precisaram ser tomadas pelas e pelos estudantes foram no sentido de verificar as regulamentações técnicas e burocráticas que envolvem a criação de um projeto de extensão no âmbito da Universidade. Nessa toada, foi necessário consultar diversos setores e regulamentos da instituição, desde a secretaria do Núcleo de Prática Jurídica até a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, para que se tivesse acesso às formalidades que o projeto precisaria cumprir para ser institucionalizado.

De posse dessas informações, passou-se a estruturar o projeto de extensão de forma a atender tais formalidades e concretizar os princípios extensionistas. Simultaneamente, apresentou-se a questão das regulamentações profissionais que precisariam ser seguidas para que a atuação das e dos estudantes se desse de forma legal. Decidiu-se assim que o Prof. Dr. André Peixoto de Souza, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, requereria, em nome do projeto, sua nomeação em processos em trâmite no Tribunal do Júri, inicialmente somente da Comarca de Curitiba, e supervisionaria as atividades desenvolvidas pelos alunos, responsabilizando-se pelos atos privativos de advogado que precisassem ser realizados ao longo do projeto.

Após delinear as bases do projeto de acordo com as normativas da Universidade, realizou-se todo o procedimento de institucionalização. Assim, iniciou-se o trâmite na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, sendo necessário que a criação do projeto fosse aprovada no Colegiado do Curso e no Conselho Setorial – momentos em que o Iuris Trivium contou com a colaboração do Conselho de Representantes Discentes do CAHS. A seguir, o projeto foi submetido a análise da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, até ser oficializado no âmbito universitário. Todo esse processo requereu um período considerável de tempo, sendo iniciado no começo do ano de 2017 e finalizado somente em meados de maio do mesmo ano.

Tendo sido o projeto de extensão institucionalizado, o próximo passo foi a definição de um método de seleção de participantes. Em razão do elevado grau de responsabilidade exigido pelo tipo de atividade que seria desenvolvido, uma vez que a atuação das e dos estudantes poderia ter impacto sobre a liberdade de indivíduos economicamente vulneráveis, tomou-se como pressuposto que a participação no projeto não poderia ser livre, sendo necessário condicioná-la à comprovação de que o participante possuía os conhecimentos e habilidades necessários.

Diante disso, as e os estudantes que encaminharam o processo de criação do projeto junto à universidade, em conjunto com o Prof. Dr. André Peixoto de Souza, decidiram realizar processo seletivo na forma de uma avaliação escrita na qual seria apresentado um caso ficcional em que houvesse imputação de crime sujeito a julgamento pelo Tribunal do Júri, e aqueles que pretendessem participar do projeto deveriam apresentar as teses defensivas cabíveis para a situação apresentada.

Definiu-se a partir de reunião entre o professor e os estudantes que o caso ficcional a ser apresentado traria elementos de algumas das teses mais comumente verificadas no cotidiano do Tribunal, como a legítima defesa e a negativa de autoria. O edital do teste seletivo (Anexo 01) foi lançado no dia 15 de maio de 2017, e a prova (Anexo 02), elaborada pelo professor conforme as diretrizes previamente discutidas, aplicada no dia 27 do mesmo mês.

Embora tenha sido estabelecido no edital o número de 20 vagas a serem preenchidas por meio do processo seletivo, somente 15 estudantes passaram a integrar o projeto após sua realização. A disparidade se deu pois alguns estudantes que realizaram a prova não demonstraram o conhecimento mínimo exigido para ingresso no projeto.

Uma vez formada a equipe que atuaria no restante do ano de 2017, foi encaminhado ofício ao juízo da 2ª Vara Sumariante do Tribunal do Júri de Curitiba/PR, requisitando a nomeação do coordenador do projeto como defensor dativo em casos que estivessem em trâmite no momento. Simultaneamente, estabeleceu-se a dinâmica que seria seguida no decorrer do projeto.

Definiu-se como método de trabalho a divisão do grupo em três subgrupos com o mesmo número de participantes, que se reuniriam semanalmente em horários diferentes, sendo uma reunião pela manhã e uma no período da noite, ambas em dias úteis, e uma terceira reunião aos sábados durante a tarde. Inicialmente, pretendia-se que cada um desses subgrupos ficasse responsável por um processo diferente, e que se realizassem reuniões mensais com todos os participantes para que houvesse comunicação entre os grupos.

Além das reuniões periódicas, estabeleceu-se que o eventual comparecimento em audiências ou em sessões de julgamento, bem como a realização de diligências em benefício dos réus atendidos, seria distribuído entre os

membros dos subgrupos da forma mais equânime possível, de acordo com a disponibilidade de cada um.

Embora a dinâmica estabelecida para os trabalhos no projeto tenha partido do pressuposto inicial de que haveria três processos distintos em que o grupo estaria atuando simultaneamente, no ano em que se iniciaram as atividades, isso não foi possível. Por decisão do juízo, o coordenador do projeto foi nomeado como defensor dativo em apenas um processo em 2017.

Diante disso, foi mantida a organização inicial, de subgrupos reunindo-se semanalmente em três momentos diferentes, mas todos passaram a trabalhar em conjunto em benefício de um só acusado, sendo as comunicações entre os grupos feitas principalmente pela via eletrônica, através do aplicativo WhatsApp. De forma semelhante, todos os participantes do projeto passaram a dividir as diligências que precisaram ser realizadas.

## **4 CASO LUCIANO ALVES DE BASTOS**

O primeiro processo em que o projeto de extensão atuou foi o de Luciano Alves de Bastos, que era acusado de participar da morte de Maria Luana Alpinhaky de Oliveira. A nomeação ocorreu durante a instrução preliminar, de forma que a defesa pôde ser desenvolvida desde um momento inicial do processo.

Foram realizadas diversas diligências pelos e pelas integrantes do projeto de forma a possibilitar a localização do acusado e a produção de provas em seu favor, incluindo por diversas vezes o deslocamento até o local em que ele residia, o qual era próximo ao local da morte da vítima. Com igual dedicação, foram preparadas as manifestações defensivas de todos os momentos processuais desde a nomeação, culminando a atuação do projeto com a absolvição sumária do acusado ante o reconhecimento de que não participou dos fatos a ele imputados.

### **4.1 ATUAÇÃO EXTRA-AUTOS DAS E DOS INTEGRANTES DO PROJETO**

A primeira nomeação do Prof. Dr. André Peixoto de Souza em nome do projeto de extensão ocorreu no dia 18 de agosto de 2017 (Anexo 03). Tratava-se de um processo em que até então o acusado era defendido pela Defensoria Pública, tendo-lhe sido nomeado defensor dativo em razão do início das férias do único promotor atuante junto à 2ª Vara Sumariante do Tribunal do Júri.

Os fatos de que tratava o processo diziam respeito ao homicídio de Maria Luana Alpinhaky de Oliveira, ocorrido em 06 de novembro de 2016. De acordo com a denúncia (Anexo 04), a vítima teria sido morta com um golpe de arma branca desferido por Genoveva Quartarolli, que agira conforme plano previamente traçado junto a Luciano Alves de Bastos, tendo este permanecido a poucos metros da ação delituosa a fim de assegurar o êxito de sua execução.

Inicialmente, o processo se desenvolveu de forma unificada, tendo como réus tanto Genoveva quanto Luciano. Contudo, diante da prisão de Genoveva e da não localização do corréu para que se pudesse proceder sua citação, operou-se o desmembramento dos autos, que passaram a tramitar separadamente para cada um dos acusados.

Coube ao projeto a defesa de Luciano Alves de Bastos, a ser realizada nos autos de nº 0000048-27.2017.8.16.0006. No momento da nomeação, o acusado



havia sido citado por ocasião de seu comparecimento ao juízo, na qualidade de testemunha, para depor em outro processo, também referente ao crime de homicídio, que tramitava contra Genoveva Quartarolli, tendo sido a resposta à acusação apresentada pela Defensoria Pública. Ficou portanto a cargo do projeto de extensão todo o desenvolvimento da instrução preliminar do processo.

A primeira ação tomada pelos estudantes foi o estudo dos atos processuais que já haviam sido praticados, principalmente nos autos originais, em que já ocorrera a instrução preliminar, além das peças formativas do inquérito policial. A análise inicial desses atos indicou que a imputação da coautoria do crime a Luciano tinha por base principal um vídeo de uma câmera de segurança de um estabelecimento comercial localizado próximo ao local dos fatos.

Embora houvesse nos autos laudo de exame de tais imagens, este isoladamente não era suficiente para revelar a dinâmica do ocorrido, mostrando-se insuficiente para permitir a construção de uma certeza quanto à existência ou inexistência de participação no crime por parte de Luciano. Diante disso, a primeira diligência realizada pelos participantes do projeto foi a obtenção junto ao juízo de cópia do vídeo em sua forma original.

Apesar de o ângulo da câmera não permitir a observação da ação criminosa em si, a observação de todo o contexto fático permitiu concluir que Luciano não participara dela diretamente, sendo que sua conduta se limitou a permanecer parado na esquina próxima ao local do crime, tendo se comunicado com Genoveva por alguns segundos antes e depois deste. Contudo, sendo a acusação feita pelo Ministério Público justamente a de que ele teria permanecido próximo ao local do homicídio para favorecer sua fuga e a de Genoveva após a consumação do crime previamente planejado por ambos, as constatações decorrentes da observação do vídeo não eram suficientes para comprovar sua inocência.

Apresentou-se então a necessidade de contatar o acusado para que ele pudesse apresentar sua versão dos fatos, uma vez que não fora ouvido até então, fosse judicialmente ou durante o inquérito policial. Esta providência, entretanto, era dificultada pela situação pessoal do acusado.

Luciano era pessoa em situação de rua e dependente químico, não tendo residência ou trabalho fixos de que se tivesse notícia, sendo essa situação inclusive a causa da demora de sua citação. Todavia, no momento em que comparecera ao juízo para depor e fora citado, ele forneceu o endereço do Centro POP Boqueirão,

unidade de referência no atendimento a pessoas em situação de rua vinculada à Fundação de Ação Social de Curitiba/PR, apontando-o como o local em que poderia ser encontrado.

De posse dessa informação, uma equipe de dois estudantes, acompanhada do Prof. Dr. André Peixoto de Souza, foi até o Centro POP, e conseguiu localizar Luciano com surpreendente facilidade, uma vez que ele era conhecido por toda a equipe que trabalhava no local, bem como de boa parte das pessoas que lá buscavam atendimento. Nesse primeiro contato, a equipe se limitou a apresentar-se como responsável por sua defesa e explicar a situação jurídica em questão, uma vez que, embora tivesse sido citado, Luciano não tinha conhecimento de que estava sendo acusado. Também nesse momento, agendou-se reunião com toda a equipe do projeto, para definir as estratégias defensivas.

Na data marcada, outra pequena equipe de estudantes, novamente acompanhada pelo Prof. Dr. André Peixoto de Souza, foi até o estacionamento onde Luciano trabalhava como guardador de carros e o acompanhou até a Faculdade, onde o restante dos participantes do projeto se encontrava reunido.

Neste segundo encontro entre os estudantes e o acusado, foram sanadas todas as dúvidas que ainda restavam sobre os detalhes do que ocorrera quando da morte de Maria Luana. Luciano explicou que estava esperando pelo ônibus que o levaria até o local de residência de seu filho quando Genoveva chegou ao local dos fatos. Narrou ainda que ela chamou a vítima ao portão da casa onde esta morava, e sem nenhuma ação que indicasse previamente sua intenção, tirou uma faca de dentro da bolsa que levava e desferiu um golpe contra o peito da vítima, fugindo em seguida, tendo parado para jogar a arma do crime dentro de um bueiro localizado próximo de onde Luciano continuava parado.

Quanto a ter deixado o local quase imediatamente após Genoveva, esclareceu que teve medo de permanecer ali e acabar sendo, também, uma vítima, uma vez que “Veva”, como era chamada na região, era conhecida por cometer diversos homicídios semelhantes ao de Maria Luana, tendo feito pelo menos outras três vítimas antes de ser presa. Afirmou que após presenciar o crime, foi ao Centro POP, e relatou o ocorrido aos que lá estavam.

Ainda, disse que foi encontrado pela polícia no Centro POP e foi voluntariamente até a delegacia. Ressaltou que, não obstante constar de seu termo de qualificação e interrogatório que ficou em silêncio perante a autoridade policial,

na realidade relatou tudo o que presenciou, inclusive explicando aos policiais onde encontrar a arma utilizada no homicídio. Afirmou também que foi intimidado pelo delegado, que a todo momento o tratou como criminoso, embora colaborasse com a investigação.

A narrativa apresentada por Luciano permitiu a compreensão não só da dinâmica do crime, mas de suas motivações e da própria realidade em que ele vivia. Ao ser indagado pelos estudantes quanto ao motivo pelo qual Genoveva decidira matar Maria Luana, afirmou que a realidade vivenciada por pessoas que, como ele, são dependentes químicas em situação de rua é paralela e desconectada com a lógica da sociedade de forma geral.

Descreveu que na região em que morava, o vício frequentemente fazia com que as mulheres buscassem a prostituição como forma de ter acesso a drogas, e que o companheiro de Genoveva, José Henrique Campos, tinha por hábito se aproveitar dessa situação para trocar as drogas que em geral possuía por favores sexuais. Por sua vez, Genoveva tinha muitos ciúmes de seu companheiro, e tornou um hábito perceber quando essas trocas ocorriam e vingar-se da mulher envolvida matando-a.

Ao final da reunião, uma equipe de estudantes levou Luciano de volta a seu local de trabalho. Essa oportunidade foi utilizada também para confirmar a existência de um ponto de ônibus na esquina em que Luciano aparecia nas imagens constantes dos autos, bem como que um dos ônibus que parava no local fazia o trajeto até a casa de seu filho, corroborando a versão por ele apresentada.

Além do contato com Luciano e da análise dos documentos e das imagens da câmera de segurança que integravam o processo, antes da atuação processual propriamente dita, o grupo também realizou uma análise detalhada dos depoimentos constantes dos autos originais, comparando-os com a versão apresentada por Luciano e com as imagens da câmera de segurança. Esse exercício indicou que a versão apresentada pelos familiares da vítima, de que Luciano teria participado do crime, decorria de uma narrativa criada pelo delegado responsável pelo caso, que teria descrito para eles o conteúdo do vídeo de forma não condizente com a realidade, afirmando ser claro que Luciano entregara a faca para Genoveva e após o homicídio a descartara, ele mesmo, no bueiro onde foi encontrada.

## 4.2 ATUAÇÃO DO PROJETO NO ÂMBITO JUDICIAL

Devido ao momento processual em que ocorreu a nomeação, a primeira providência relacionada diretamente à atuação judicial que precisou ser tomada foi a preparação da postura a ser adotada pela defesa na audiência de instrução que já estava agendada. Essa preparação foi em grande medida facilitada pela existência do processo movido contra Genoveva Quartaroli, cuja instrução preliminar já havia ocorrido, com o depoimento das mesmas testemunhas que seriam ouvidas no processo contra Luciano.

A partir da análise pormenorizada de cada um dos depoimentos tomados no outro processo, foi preparada uma série de perguntas a serem feitas para cada uma das testemunhas, voltadas a revelar a ausência de indícios concretos de que Luciano tivesse de qualquer forma colaborado para a ação delituosa de Genoveva.

Em especial, com relação à mãe e ao padrasto da vítima, estabeleceu-se o propósito de evidenciar perante o juízo que a versão por eles apresentada não passava da repetição do que o delegado responsável pelo inquérito lhes contara, não possuindo nenhuma base em elementos concretos. Com essa intenção, planejou-se a exibição do vídeo constante dos autos para que durante ela apontassem os momentos em que ocorreram as ações que anteriormente haviam imputado a Luciano.

Além disso, os estudantes se dedicaram a planejar perguntas a serem feitas durante o interrogatório que permitissem que Luciano apresentasse ao juízo todos os detalhes que havia relatado durante a reunião realizada na Universidade. Essa preocupação especial se deu pois durante a reunião constatou-se que Luciano adotava inicialmente uma postura desconfiada e não descrevia todos os detalhes prontamente, somente revelando-os após provocação específica. Com isso, previu-se que no ambiente do juízo, em que naturalmente o réu se sente de alguma forma intimidado, essa provocação seria ainda mais importante para que se esclarecessem todos os pontos controversos dos fatos.

Apesar da facilidade com que os participantes do projeto encontraram Luciano, dias antes da audiência foi juntada ao processo certidão de que o acusado era pessoa desconhecida no endereço que informara ao juízo, encontrando-se em local incerto e não sabido (Anexo 05). O insucesso do oficial de justiça responsável pela intimação é facilmente explicável pelo simples fato de que a tentativa de

localização se deu em um sábado. Enquanto Luciano frequentava o Centro POP invariavelmente todos os dias de segunda a sexta-feira, passava os finais de semana com seu filho, de forma que de fato era desconhecido da equipe que atuava no Centro nos finais de semana.

Tal situação revela mais uma especificidade da defesa de réus hipossuficientes, em especial daqueles verdadeiramente marginalizados, como Luciano. A ausência de residência fixa, além de submetê-lo a todas as mazelas que decorrem da vida nas ruas, poderia ter prejudicado em grande medida sua situação jurídica no processo criminal. Mais do que impossibilitar a apresentação ao juízo de sua versão dos fatos, seu desconhecimento quanto à audiência em razão da não localização poderia ensejar a conclusão de que teria empreendido fuga para furtar-se de eventual aplicação da lei penal, o que por sua vez poderia, a depender do entendimento do juízo, acarretar a decretação de sua prisão preventiva.

Demonstrando novamente a relevância da possibilidade de emprego de recursos próprios das e dos estudantes na concretização da defesa técnica, na data marcada para a audiência, 14 de setembro de 2017, uma equipe de participantes do projeto foi novamente ao estacionamento em que Luciano trabalhava e o acompanhou ao Tribunal, a fim de que, mesmo não tendo sido intimado, participasse da audiência e exercesse seu direito à autodefesa. Ainda, três estudantes participaram da audiência, auxiliando o Prof. Dr. André Peixoto de Souza.

Nessa ocasião, somente foi ouvido o padrasto da vítima, Luiz Carlos de Paula (Anexo 06). Conforme esperado, a versão apresentada por ele foi a de que Luciano teria efetivamente auxiliado Genoveva na prática do homicídio, inclusive entregando-lhe a arma do crime, sendo que alegou que o fundamento para suas alegações era que tudo o que narrou fora filmado e constava das imagens juntadas ao processo, segundo lhe dissera o delegado responsável pelo inquérito policial.

Embora tenha admitido não ter até então visto pessoalmente as imagens, e após estas lhe serem apresentadas ter sido incapaz de apontar o momento em que as supostas ações delituosas de Luciano teriam ocorrido, manteve a mesma versão. Ainda, afirmou que havia uma testemunha presencial dos fatos que poderia confirmar todas as suas alegações.

Apesar da manifestação expressa de desinteresse por parte do Ministério Público e da defesa, diante da informação referente a essa nova testemunha, o juiz que presidiu o ato, Dr. Daniel Ribeiro Surdi de Avelar, decidiu encerrar a audiência

sem realizar o interrogatório, interrompendo a instrução processual para que a testemunha fosse ouvida como testemunha do juízo. Agendou-se assim nova audiência, para o dia 30 de outubro de 2017.

Com o surgimento da nova testemunha indicada pelo padrasto da vítima, surgiu a necessidade de novamente realizar toda a preparação anterior à audiência. Dessa vez, contudo, a tarefa se revelava mais complexa em razão do absoluto desconhecimento quanto à versão dos fatos que tal testemunha apresentaria. Em especial, estabeleceu-se entre os participantes do projeto a preocupação com a possibilidade de que a testemunha simplesmente corroborasse a versão apresentada por Luiz Carlos de Paula, sem se ater à realidade dos fatos.

Diante da incerteza, as e os estudantes elaboraram duas séries de perguntas a serem feitas à testemunha na nova audiência. A primeira série, que deveria ser empregada caso a versão apresentada correspondesse à sustentada por Luciano e corroborada pelas imagens da câmera de segurança, tinha como objetivo elucidar todos os detalhes dos fatos. Já a segunda série, que seria utilizada caso fosse reapresentada a versão falaciosa sustentada pelos familiares da vítima, buscava revelar as contradições de tal versão e sua inverossimilhança, a partir do confronto com as imagens.

Na data da segunda audiência de instrução, novamente uma equipe de estudantes foi até o local de trabalho de Luciano para acompanhá-lo ao Tribunal, bem como participou do ato, auxiliando o coordenador do projeto. Nessa ocasião, foi ouvido Diogo Pereira Neves, a testemunha indicada pelo padrasto da vítima, morador do imóvel localizado na esquina próxima ao local dos fatos, e interrogado Luciano (Anexo 07).

Em seu depoimento, afirmou ter visto do quintal de sua casa Genoveva discutindo com Maria Luana, mas não ter presenciado a facada. Disse achar que Genoveva teria desferido o golpe de faca, pois era a única pessoa no local além da vítima, ou seja, afirmou sequer ter visto Luciano próximo ao local em que ocorreu a morte. Diante de tal afirmação, não foram feitas perguntas por parte da defesa, uma vez que a versão de que Luciano não participara do crime já fora confirmada.

O interrogatório ocorreu conforme planejado anteriormente pelos participantes do grupo, de forma que Luciano demonstrou ter sido somente testemunha do fato criminoso, não tendo nenhuma participação nele. Ainda, a

oportunidade foi utilizada para registrar perante o juízo que ele fora ameaçado pelo padrasto da vítima, que fora à casa de seu irmão.

Encerrada a instrução preliminar, o Ministério Público, em alegações finais (Anexo 08) pugnou pela absolvição sumária de Luciano, por entender ter restado demonstrado que ele não teve nenhuma participação no homicídio de Maria Luana.

Em reunião realizada logo após a manifestação ministerial, as e os participantes do projeto elaboraram as alegações finais no mesmo sentido (Anexo 09), realizando em conjunto todo o trabalho de pesquisa de doutrina e jurisprudência para embasar o pedido e de redação da peça processual.

Por meio de sentença datada de 11 de novembro de 2017 (Anexo 10), Luciano Alves de Bastos foi absolvido sumariamente da acusação que pesava contra si, tendo a decisão transitado em julgado.

## 5 DESDOBRAMENTOS E RESULTADOS DO PROJETO DE EXTENSÃO

Toda a atuação no caso de Luciano Alves de Bastos e o inegável sucesso nele obtido demonstram para além de dúvidas a relevância do projeto de extensão Grupo de Júri Iuris Trivium. A partir da atuação diligente das e dos estudantes, dedicou-se atenção individualizada ao caso, proporcionando a Luciano oportunidades de defesa que certamente não teria caso fosse representado por um advogado dativo ou mesmo pela Defensoria Pública. Nesse sentido, basta ressaltar que seria inverossímil cogitar que ele sequer teria sido encontrado para realizar sua autodefesa, uma vez que não fora localizado pelo oficial de justiça.

De forma semelhante, os benefícios para as e os participantes do projeto foram inegáveis. A atuação no processo permitiu a consolidação de conhecimentos práticos sobre a defesa na esfera criminal que não poderiam ter sido obtidos de outra forma, principalmente no que se refere às decisões que precisam ser tomadas em curtos espaços de tempo, como a postura a ser adotada em audiência perante uma testemunha cujo teor do depoimento se desconhece.

Ademais, a interação com Luciano proporcionada pelo projeto permitiu o estabelecimento de uma compreensão ímpar sobre uma realidade muito afastada da vivenciada no ambiente universitário e jurídico de modo geral. A participação no projeto acarretou, portanto, o desenvolvimento da capacidade de exercício da alteridade e da empatia, habilidade essa que é essencial para a verdadeira concretização da justiça no âmbito criminal.

Após o encerramento do primeiro caso atribuído ao projeto, os trabalhos foram ampliados e aprofundados, em diversas direções. Nesse sentido, houve desdobramentos tanto internos quanto externos ao projeto.

No que diz respeito ao projeto em si, ressalta-se que em 2018, buscou-se ampliar o alcance da atuação dos estudantes, tendo sido encaminhados ofícios requerendo a nomeação do coordenador em processos em trâmite nas comarcas de Matinhos, Pinhais, Colombo e Piraquara, além de Curitiba (Anexo 11). Além disso, a partir da metade do ano, celebrou-se convênio com a Defensoria Pública, de forma que alguns dos participantes do projeto passaram a auxiliar o defensor em sessões de julgamento em plenário, tendo esse auxílio ocorrido por três vezes durante o ano.

Além disso, o sucesso do projeto contribuiu para o aumento do interesse da comunidade discente da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná



nos temas relacionados ao Tribunal do Júri, tendo sido os quadros de voluntários do projeto recompostos a partir da realização de novo processo seletivo (Anexo 12), cuja prova (Anexo 13), nessa oportunidade foi elaborada pelos próprios participantes que permaneceram no projeto.

Esse aumento de interesse se traduziu também na criação de uma disciplina tópica, ministrada pelo coordenador do projeto, Prof. Dr. André Peixoto de Souza, no segundo semestre de 2018, que contou com cem alunos matriculados, tendo ainda algumas matrículas sido indeferidas pela ausência de vagas.

De forma geral, revela-se notória a relevância do projeto e os benefícios que proporcionou tanto para os estudantes nele envolvidos quanto para as pessoas atendidas, em especial Luciano Alves de Bastos, inocentado de uma acusação absolutamente injusta que, mesmo tendo esse caráter, poderia tê-lo condenado ao cárcere caso não tivesse uma defesa técnica de qualidade. Revela-se também o grande potencial que o projeto tem para ser continuado e expandido nos próximos anos.

## REFERÊNCIAS

BADARÓ, Gustavo Henrique. **Manual dos recursos penais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal 2: parte especial: dos crimes contra a pessoa**. 12 ed. rev. e ampl. São Paulo : Saraiva, 2012.

BRASIL. **Constituição federal**. 1988.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848/1940**. Código penal. 07 de Dezembro de 1940.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.689/1941**. Código de processo penal. 03 de outubro de 1941.

BUSATO, Paulo César. **Direito penal: parte geral**. 2 ed. São Paulo : Atlas, 2015.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Fundamentos de medicina legal**. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2005.

GOMES, Helio. **Medicina legal**. 33. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro : Freitas Bastos, 2004.

LOPES JR., Aury. **Direito processual penal**. 10 ed. São Paulo : Saraiva, 2013.

ROBERT, Philippe. **Sociologia do Crime**. Trad. Alberto Salton Peretti. 2 ed. Petrópolis : Vozes, 2010.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia radical**. 3 ed. Curitiba : IPCP: Lumen Juris, 2008.

SOUZA, André Peixoto. **Teses sobre homicídio**. Porto Alegre : Canal Ciências Criminais, 2017.

## ANEXO 01 – EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO DO PROJETO DE EXTENSÃO GRUPO DE JÚRI IURIS TRIVIUM – 2017



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Paraná  
Setor de Ciências Jurídicas



### EDITAL

Faculdade de Direito da UFPR – Departamento de Direito Público

Projeto de Extensão Grupo de Júri Iuris Trivium

O projeto de extensão "GRUPO DE JÚRI – JURIS TRIVIUM" dávida a abertura de inscrições para 20 (vinte) vagas no projeto, que desenvolverá os seguintes objetivos:

- (a) Estudo do funcionamento do Tribunal do Júri com caráter acadêmico e prática-extensionista;
- (b) Participação em casos reais nos quais o grupo será nomeado como defensor dativo junto a réus hipossuficientes em crimes dolosos contra a vida;
- (c) Sustentação em plenário do Tribunal do Júri;
- (d) Elaboração de artigos ao final de cada caso, atendimento e assistência jurídica aos réus.

#### 1. Inscrições

De 15 a 19 de maio, através do formulário no site <https://goo.gl/forms/QydkkvU92kTnH4e2>

#### 2. Número de vagas

20 (vinte) vagas disponíveis para alunos da graduação.

#### 3. Carga horária

8 (oito) horas semanais.

#### 4. Local das reuniões e atendimento

As reuniões acontecerão no prédio histórico, localizado na Praça Santos Andrade, em sala ainda a confirmar. O atendimento aos réus acontecerá em diversos momentos, tendo como possíveis locais unidades prisionais e o Tribunal do Júri.

#### 5. Reuniões e periodicidade

As reuniões dos grupos serão quinzenais, além de uma reunião mensal na presença do coordenador do projeto. Para obtenção do certificado de horas complementares, será necessária a participação em todas as reuniões.

#### 6. Processo seletivo

Constituirá em uma avaliação escrita na qual será pedido da ou do estudante a elaboração de uma tese a partir de uma situação proposta. A prova será aplicada no dia 27 (vinte e sete) de



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Paraná  
Setor de Ciências Jurídicas



início às 9h, na sala 312, localizada no terceiro andar do prédio histórico. A consulta é livre ao Código Penal e ao Código de Processo Penal.

#### 7. Participação

A princípio, a participação é voluntária, mas havendo disponibilidade de bolsa será realizada a seleção, com critérios, local e data a serem definidos oportunamente.

#### 8. Certificação de horas complementares

Serão concedidas as horas complementares comprovadas durante o ano de 2017.

Prof. Dr. André Peixoto de Souza

Coordenador do Projeto

Prof. Dr. Paulo César Busato

Vice-Coordenador do Projeto

## ANEXO 02 – PROVA APLICADA NO PROCESSO SELETIVO DE 2017



### Teste Seletivo para Projeto de Extensão – Iuris Trivium



#### Instruções:

- A avaliação consiste na elaboração de tese(s) defensiva(s) que poderia(m) ser apresentada(s) em uma sessão de julgamento no Tribunal do Júri, com base na situação fática apresentada;
- É livre a consulta à legislação "seca", não anotada ou comentada;
- A defesa deve ser o mais completa possível, podendo incluir tanto hipóteses de absolvição quanto de desclassificação de delitos ou de redução de pena;
- A/O candidata/o deverá escolher um dos réus apresentados para defender, indicando sua escolha no início da resposta;
- As respostas serão classificadas de acordo com a complexidade, o aprofundamento e a clareza da apresentação da tese. Assim, caso a/o candidata/o escolha uma linha defensiva mais simples ou mais evidente, será necessário maior aprofundamento para atingir a mesma colocação que um(a) candidata/o que tenha escolhido uma tese a princípio mais complexa, por exemplo.

#### Situação fática

Segundo o Ministério Público, no dia 06 de novembro de 2016, o acusado **Diego de Souza**, munido de uma pistola, dirigiu-se à praça em que se localizava o ponto de táxi em que sabia que a vítima **Anderson da Silva** costumava aguardar por chamados para efetuar corridas em seu veículo. Lá estando, aguardou a chegada da referida vítima, e quando ela se aproximou, efetuou contra ela oito disparos, sete dos quais atingiram seu alvo e foram causa eficiente de sua morte ainda no local. A vítima **Anderson** se encontrava acompanhada de seu filho, a também vítima **Caio de Souza da Silva**, a qual foi atingida pelo disparo que não atingiu seu pai, sofrendo um ferimento que apenas não causou sua morte em razão do rápido atendimento médico.

Ao ser preso em flagrante ainda no local dos fatos, **Diego** entregou a arma que portava, a qual se verificou estar registrada em nome do acusado **Mário da Souza**, bem como apresentou a quantia de R\$ 1.500,00 em espécie. Em seu interrogatório, afirmou que **Mário** havia lhe entregado o dinheiro e a pistola para que matasse **Anderson**, em razão de problemas deste com sua esposa, filha de **Mário**, **Sofia de Souza da Silva**. Disse que foi ao local dos fatos com a intenção de cometer o crime, porém, quando percebeu que a vítima se encontrava acompanhada do filho, desistiu de seu intuito, sendo que estava indo embora quando a vítima, reconhecendo-o, começou a agredi-lo. Assim, alega que para se defender, sacou a pistola e atirou tantas vezes quantas foi possível contra a vítima. Acrescentou que jamais teve a intenção de atingir seu primo **Caio**, sendo o ferimento causado a ele acidental, tanto é que acionou o SIATE para socorrê-lo, ligou para a mãe dele, sua prima **Sofia**, e permaneceu no local até a chegada de ambos, sendo preso em seguida.

O acusado **Mário** se apresentou às autoridades no dia seguinte ao fato, pois deixara a cidade horas antes de sua ocorrência, e voltou ao receber de sua filha a notícia de que seu neto estava internado. Em seu interrogatório, negou ter entregado dinheiro a seu sobrinho para que este matasse seu genro. Quanto à pistola utilizada na prática do crime, registrada em seu nome, alegou que ficava guardada em local conhecido por toda a família em sua residência, inclusive por **Diego**, que frequentava a casa quase diariamente, tendo sido criado quase como irmão de sua filha. Afirmou que sabia que a vítima rotineiramente ficava no local em que ocorreram os fatos por volta do horário em que eles ocorreram, mas que seu neto não costumava estar junto do pai, tendo **Anderson** o buscado mais cedo que o normal na escola para impedir que ele ficasse com a mãe, que deixara a residência do casal. Perguntado, disse que o relacionamento de sua filha com a vítima era abusivo, mas não entrou em detalhes.





A acusada **Tania Cortes** estava do plantão e atendeu **Caio** quando chegou ao hospital acompanhado de sua mãe. Constatou que a situação da vítima era grave, sendo que se encontrava em coma, com o projétil alojado em sua cabeça. Informou à mãe da criança que, em razão da localização do projétil, era certo que a vítima ficaria com sequelas graves, bem como que qualquer movimentação do projétil implicaria em risco de vida, porém ressaltou que a cirurgia para a retirada do projétil era de alto risco podendo, em si, causar a morte do menino. Diante do quadro apresentado, Sofia não autorizou a realização da cirurgia. Em um momento de ausência da mãe, **Caio** apresentou piora em seu quadro, momento em que a acusada, ignorando a indicação anterior, realizou a cirurgia e retirou o projétil. Logo após a cirurgia, a criança apresentou melhora considerável no quadro neurológico que fora causado pelo projétil. Contudo, incluiu-se uma séria infecção em um dos cortes utilizados para inserir a sonda que possibilitou a retirada do projétil, que se espalhou rapidamente no organismo da vítima, levando-a a óbito no dia 08 de novembro de 2016.

Chamada a depor, Sofia apresentou-se com visíveis hematomas pelo corpo, especialmente um ao redor do pescoço que claramente fora produzido pela ação de uma pessoa que tentara estrangulá-la usando as mãos. Informou que em seu relacionamento com **Anderson**, ele sempre fora abusivo, porém nunca o deixara por causa do seu filho **Caio**. Narrou que na noite de 05 de novembro de 2016, seu marido a espancou e tentou matá-la, sendo que apenas não conseguiu porque ela o acertou na cabeça com um abajur, momento em que ele desmaiou, e ela aproveitou a oportunidade de fugir da residência com seu filho. Declarou que foi à casa de seu pai, onde também se encontrava seu primo **Diego**, e lhes contou o que ocorrera, sendo que seu primo ficou furioso e seu pai apenas tentou convencê-la a ir à polícia, o que se negou a fazer. Quanto à morte de seu filho, afirmou que **Tania** o matara, ressaltando que não autorizara a realização da cirurgia justamente por considerar grande demais o risco à vida da criança.

Diante da situação fática apresentada, imputou-se aos acusados os seguintes crimes (todos os artigos listados são do Código Penal):

- **Diego de Souza:** art. 121, #2º, incisos I e IV, c/c art. 62, inciso IV (homicídio qualificado pelo motivo torpe - vingança - e pelo emprego de meio que dificultou a defesa da vítima - emboscada -, cometido mediante paga) e art. 121, incisos I e IV, c/c art. 62, inciso IV, art. 14, inciso II e art. 73 (tentativa de homicídio qualificado pelo motivo torpe e pela dificuldade de defesa da vítima, cometido mediante paga, com erro na execução).
- **Mário de Souza:** art. 121, #2º, incisos I e IV, c/c art. 62, inciso II (homicídio qualificado pelo motivo torpe - vingança - e pelo emprego de meio que dificultou a defesa da vítima - emboscada -, em que induziu outrem à execução material) e art. 121, incisos I e IV, c/c art. 62, inciso II, art. 14, inciso II e art. 73 (tentativa de homicídio qualificado pelo motivo torpe e pela dificuldade de defesa da vítima, em que induziu outrem à execução material, com erro na execução).
- **Tania Cortes:** art. 121, #1º, c/c art. 61, inciso II, alínea "h" (homicídio privilegiado pelo relevante valor moral, cometido contra criança).

Ressalta-se que para configurar tais imputações, o Ministério Público considerou que, embora **Caio** tenha falecido, a morte não ocorreu em decorrência direta da conduta de **Mário** e **Diego**, tendo sido interrompido o nexo causal, bem como que ao ignorar a orientação da pessoa responsável pela criança e decidir realizar a cirurgia para retirada do projétil, **Tania** assumiu o risco de causar a morte de **Caio**, configurando o dolo eventual.

## ANEXO 03 – DECISÃO DE NOMEAÇÃO NO PROCESSO DE LUCIANO ALVES DE BASTOS

PROJUDI - Processo: 0000048-27.2017.8.16.0006 - Ref. mov. 46.1 - Assinado digitalmente por Daniel Ribeiro Surdi de Avelar:10850  
18/08/2017: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE. Arq: Despacho de mero expediente



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO**  
**CENTRAL DE CURITIBA**  
**2ª VARA SUMARIANTE DO TRIBUNAL DO JÚRI DE CURITIBA -**  
**PROJUDI**  
Praça Nossa Senhora de Salette, s/n - Curitiba/PR - CEP: 80.530-912 - Fone: (41)  
3200-4871 - E-mail: [fkis@tjpr.jus.br](mailto:fkis@tjpr.jus.br)

Autos nº. 0000048-27.2017.8.16.0006

Processo: 0000048-27.2017.8.16.0006  
Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Ordinário  
Assunto Principal: Homicídio Qualificado  
Data da Infração: 06/11/2016  
Autor(s): ■ Ministério Público do Estado do Paraná  
Vítima(s): ■ MARIA LUANA ALPINHAKY DE OLIVEIRA  
Réu(s): ■ LUCIANO ALVES DE BASTOS

Tendo em vista que o Defensor Público atuante neste Tribunal está designado para officiar neste juízo apenas nas terças, quintas e sextas-feiras; que lhe foi concedido fruição de saldo de férias entre 11/09/2017 e 22/09/2017; e que inexistente nomeação de defensor substituto, por parte da Defensoria Pública, para atuar na sua ausência, nomeio, doravante, o Dr. André Peixoto de Souza, inscrito na OAB/PR sob nº 27.090 (tel. 9-8829-6318), defensor dativo atuante neste Tribunal, para, sob a fé de seu grau, patrocinar a defesa dativa do acusado Luciano Alves de Bastos.

Proceda-se ao cadastro do defensor dativo no sistema Projudi, bem como intime-o da nomeação e da data designada para a audiência de instrução e julgamento.

Curitiba, 18 de Agosto de 2017.

*Daniel Ribeiro Surdi de Avelar*

*Juiz de Direito*

ANG

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, Resolução do Projudi, do TJPR/PR  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJDMB VMSJQT ECSS44Z54B



## ANEXO 04 – DENÚNCIA CONTRA LUCIANO ALVES DE BASTOS



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA  
PRIVATIVA DO TRIBUNAL DO JÚRI DO FORO CENTRAL DA  
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR

## RECEBIMENTO

Aos 28 dias do mês de 11  
de 16, foram-me entregues  
est. autos em Cartório.  
Eu, Cybil Escrivão.

## O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO

PARANÁ, por sua Promotora de Justiça, no uso de suas atribuições,  
com base no artigo 129, inciso I, da Constituição Federal e art. 41 e  
seguintes do Código de Processo Penal, ante o conteúdo do Inquérito  
Policial nº 0001065-35.2016.8.16.0006, oriundo do 2º Delegacia de  
Homicídios e Proteção à Pessoa de Curitiba, vem, à presença de Vossa  
Excelência oferecer **DENÚNCIA** em face de:

**GENOVEVA QUARTAROLLI**, brasileira,  
portadora do RG nº 8.014.972-7/PR, natural de Curitiba/PR, nascida  
em 08/11/1983, portanto, com 33 (trinta e três) anos de idade na  
data dos fatos, filha de Maria Madalena Batista e Getúlio Edgard  
Quartarolli, moradora de rua (mas informado como Rua Anne Frank,  
s/n, Bairro Boqueirão, Curitiba/PR - fls. 48/51); atualmente presa  
(prisão preventiva) e

**LUCIANO ALVES DE BASTOS**, brasileiro,  
portador do RG nº 2.419.591-0/PR, natural de Curitiba/PR, nascido  
em 17/02/1979, portanto, com 37 (trinta e sete) anos de idade na  
data dos fatos, filho de Vera Lúcia Alves de Bastos e José Dionei Alves  
de Bastos, sem residência fixa (fls. 66/68), pela prática do seguinte  
fato delituoso:

21





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

No dia 06 de novembro de 2016, por volta das 17h10min, em via pública, na Rua das Carmelitas, nº 2816, Bairro Boqueirão Município e Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, os denunciados **GENOVEVA QUARTAROLLI** e **LUCIANO ALVES DE BASTOS**, cientes da ilicitude e reprovabilidade de suas ações, movidos por inequívoco propósito homicida, agindo em comunhão de vontades e unidade de desígnios, um aderindo à conduta do outro, mediante divisão de tarefas, executaram plano por eles previamente entabulado no sentido de tirar a vida da vítima Marta Luana Alpinhali da Oliveira, por razões ainda não esclarecidas. Para tanto, a denunciada **GENOVEVA QUARTAROLLI**, de posse de arma branca (apreendida às fls. 69), **desferiu** um golpe de faca contra a vítima, o que constitui na causa eficiente de sua morte (cujo laudo de exame de necropsia nº 2361/2016, será oportunamente juntado aos autos).

Segundo apurado, o crime foi cometido mediante **recurso que dificultou a defesa da vítima**, pois a denunciada surpreendeu a vítima no momento em que chegava em casa.

*[Assinatura]* 2



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
do Estado do Paraná

do Estado do Paraná

Apurou-se ainda que, enquanto a denunciada **GÊNOVEVA QUARTAROLLI** efetuava o golpe de fuzil contra a vítima, o denunciado **LUCIANO ALVES DE BASTOS** permanecia a alguns metros, a fim de garantir a execução extensa do crime, favorecendo a fuga de ambos.

Assim agindo, incidiram os denunciados **GENOVEVA GUARTAROLLI e LUCIANO ALVES DE BASTOS**, nos tipos penais previstos no artigo 121, §2º, incisos IV (de emboscada), c/c o artigo 29, ambos do Código Penal, razão pela qual é oferecida a presente denúncia, que espera seja recebida, citando-se os denunciados para responderem aos termos da ação ora proposta, ouvindo-se as testemunhas abaixo arroladas, imprimindo-se o rito procedimental do Tribunal do Júri, previsto no artigo 406 e seguintes do Código de Processo Penal.

**ROL DE TESTEMUNHAS/INFORMANTES:**

01) **LUCIANA ALPINHAKY**, mãe da vítima, residente a Rua Ester dos Anjos Durval, nº 491, casa 02, Bairro Borba do Campo, São José dos Pinhais/PR (fls. 24/25);

ST. JOHN'S COLLEGE, NEW YORK



## MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

**02) LUIZ CARLOS DE PAULA**, residente a Rua Ester dos Anjos Durval, nº 491, casa 02, Bairro Borba do Campo, São José dos Pinhais/PR (fls. 28/30);

**03) JOSÉ HENRIQUE CAMPOS**, morador de rua (mas informado, como Rua das Carmelitas, s/n, Bairro Boqueirão, Curitiba/PR - fls. 38/40);

**04) MARCOS DAVID DE BLASI**, residente na Rua das Carmelitas, s/n, pensão de grade cinza de esquina, Bairro Boqueirão, Curitiba/PR (fls. 71/31); e

**05) MERIS JOSÉ DOS SANTOS**, residente na Rua Doutor Gonzaga de Campos, nº 536, Bairro Boqueirão, Curitiba/PR (fls. 79/80).


Curitiba, 28 de novembro de 2016.

**TICIANE LOUISE SANTANA PEREIRA**

**Promotora de Justiça**

**ANEXO 05 – CERTIDÃO DE NÃO INTIMAÇÃO DE LUCIANO ALVES DE BASTOS**

---



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO**  
**CENTRAL DE CURITIBA**  
**2ª VARA SUMARIANTE DO TRIBUNAL DO JÚRI DE CURITIBA -**  
**PROJUDI**  
Praça Nossa Senhora de Salette, s/n - Curitiba/PR - CEP: 80.530-912 - Fone: (41)  
3200-4871 - E-mail: [fkis@tjpr.jus.br](mailto:fkis@tjpr.jus.br)

---

Autos n°. 0000048-27.2017.8.16.0006

**CERTIDÃO**

Certifico que por ordem do **MM Juiz de Direito** e imbuído do propósito de auxiliar a prestação jurisdicional, dentro de um prazo razoável e efetivo, nos termos do que preconiza o princípio de ordem processual inserto no inciso **LXXVIII** do artigo 5º da Constituição Federal, introduzido pela Reforma do Poder Judiciário positivada no bojo da **Emenda Constitucional 45/2004**, me dirigi a **Rua Anne Frank, nº 3272, Boqueirão, Curitiba/PR**, com veículo próprio na data de **09/09/2017**, às **16:07hs**, e após chegar ao mencionado endereço, fui recebido pela senhora **Patrícia**, educadora e servidora da Prefeitura Municipal de Curitiba, a qual afirmou que, **Luciano Alves de Bastos**, ora denunciado, não tem residência quiçá domicílio no endereço que consta no presente mandado, qual seja, **Rua Anne Frank, nº 3272, Boqueirão, Curitiba/PR**.

Em seguida, realizei diligência no bairro Boqueirão, nesta capital, oportunidade em que perguntei a moradores e transeuntes informações acerca de **Luciano Alves de Bastos**, e ninguém soube dizer qualquer coisa da sua pessoa ou atual paradeiro.

Portanto, após tudo o que foi dito, constatei que até a presente data, **Luciano Alves de Bastos** encontra-se em local incerto e não sabido.

O referido é verdade e dou fé.

Curitiba, 13 de setembro de 2017.

*Heitor Rodrigues de Melo Neto*  
*Oficial de Justiça*

## ANEXO 06 – TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO – 14/09/2017

**TERMO DE DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**

Autos nº. 0000048-27.2017.8.16.0006

Aos quatorze dias do mês de setembro de dois mil e dezessete (14/09/2017), às quatorze horas (14h00m) na sala de audiência dos Tribunais do Juri do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, presentes o Doutor Daniel Ribeiro Sardi de Avelar, Meritíssimo Juiz de Direito, o Doutor Marcelo Balzer Correia, Ilmo. Promotor de Justiça, o(z) Doutor(a) André Peixoto De Souza (OAB-PR 27090), Defensor(a) do acusado(a).

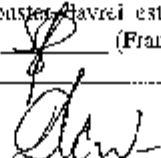
Aberta a audiência, foi ouvida a testemunha LUIZ CARLOS DE PAULA, e dispensadas as demais testemunhas.

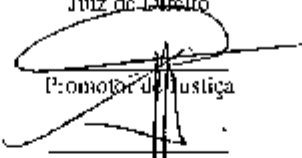
Durante o depoimento da testemunha Luiz Carlos de Paula, foi feita referência a uma testemunha presencial dos fatos, qual seja, o Sr. Diego Pereira Neves, o qual teria dado detalhes a respeito da prática do fato ao informante Luiz Carlos de Paula.

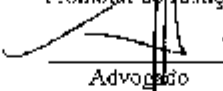
Na sequência, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte decisão:

1. Diante da informação acima referida, determino a intimação da testemunha Diego Pereira Neves, o qual poderá ser localizado na Rua Antonio Schiebel, 670, esquina com a Rua das Camélias, Boqueirão, Curitiba-PR, telefone 3524-1189. 2. Esclareço que o Sr. Diego Pereira Neves, será ouvido de testemunha do juízo, na forma do art. 209, do CPP. 3. Para tanto, designo a data de 03/10/2017 às 17 horas. 4. Ficam os presentes devidamente intimados. 5. Dil. Nec.

Do que, para constar, lavrei este termo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, \_\_\_\_\_ (Francielle Kieling Sturm - Chefe de Secretaria).

  
Juiz de Direito

  
Promotor de Justiça

  
Advogado

  
Acusado

## ANEXO 07 – TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO – 30/10/2017

**TERMO DE DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**

Autos nº 0000048-27.2017.8.16.0006.

Aos três dias do mês de outubro do dois mil e dezessete (03/10/2017), às dezessete horas (17h00m) na sala de audiência dos Tribunais de Juri do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, presentes o Doutor Daniel Ribeiro Sordi de Avelar, Meritíssimo L.iz de Direito, o Doutor Marcelo Beyer, Jure. Promotor de Justiça, o(a) Doutor(a) Andre Peixoto De Souza (OAB 27090N), Defensor(a) do acusado(a).

Aberta a audiência, foi ouvida a testemunha Diogo Pereira Neves e realizado o interrogatório do réu.

Na sequência, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte decisão:

1. Após, dê-se vista às partes para, no prazo de cinco dias, oferecerem suas alegações finais na forma de memoriais. 2. Após, voltem-me os autos concluídos. 3. DJI. Nec.

Do que, para constar, lavrei este termo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Francielle Kieling Sturm (Chefe da Secretaria).

Francielle Kieling Sturm  
Juiz de Direito

Andre Peixoto De Souza  
Promotor de Justiça

Diogo Pereira Neves  
Advogado

Raoni dos Santos  
Acusado

## ANEXO 08 – ALEGAÇÕES FINAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROJUDI - Processo: 0000048-27.2017.8.16.0006 - Ref. mov. 93.1 - Assinado digitalmente por Marcelo Balzer Correia:72344792953  
11/10/2017: JUNTADA DE ALEGAÇÕES FINAIS. Arq: Alegações finais: MP



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
*do Estado do Paraná*

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA  
PRIVATIVA DO TRIBUNAL DO JÚRI DO FORO CENTRAL DA COMARCA  
DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – PARANÁ.**

**Autos nº 0000048-27.2017.8.16.0006**

### **ALEGAÇÕES FINAIS**

**LUCIANO ALVES DE BASTOS** juntamente com terceira pessoa, devidamente qualificados na peça vestibular, foram denunciados perante este Juízo como incurso nas sanções penais previstas no artigo 121, inciso IV c/c artigo 29, ambos do Código Penal, nos seguintes termos:

*"No dia 06 de novembro de 2016, por volta das 17h10min, em via pública, na Rua das Carmelitas, nº 2816, Bairro Boqueirão Município e Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, os denunciados*





**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
*do Estado do Paraná*

**GENOVEVA QUARTAROLLI e LUCIANO ALVES DE BASTOS**, cientes da ilicitude e reprovabilidade de suas ações, movidos por inequívoco propósito homicida, agindo em comunhão de vontades e unidade de desígnios, um aderindo à conduta do outro, mediante divisão de tarefas, executaram plano por eles previamente entabulado no sentido de tirar a vida da vítima Maria Luana Alpinhaki de Oliveira, por razões ainda não esclarecidas. Para tanto, a denunciada **GENOVEVA QUARTAROLLI**, de posse de arma branca (apreendida às fls. 69), **desferiu** um golpe de faca contra a vítima, o que constituiu na causa eficiente de sua morte (cujo laudo de exame de necropsia nº 2361/2016, será oportunamente juntado aos autos).

Segundo apurado, o crime foi cometido mediante **recurso que dificultou a defesa da vítima**, pois a denunciada surpreendeu a vítima no momento em que chegava em casa.

Apurou-se ainda que, enquanto a denunciada **GENOVEVA QUARTAROLLI** efetuava o golpe de faca contra a vítima, o denunciado **LUCIANO ALVES DE BASTOS** permanecia a alguns metros, a fim de garantir a execução exitosa do crime, favorecendo a fuga de ambos."

Recebida a exordial acusatória (evento 1.59), a ré Genoveva foi devidamente citada (evento 1.95), apresentando resposta a acusação (evento 1.123).







**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
*do Estado do Paraná*

Em razão da não localização do réu **LUCIANO ALVES DE BASTOS**, o feito foi desmembrado em relação a este (evento 1.131).

Na sequência, o réu foi devidamente citado (evento 24.1) e apresentou Resposta à Acusação (evento 40.1).

Em seguida, foram realizadas audiências de instrução e julgamento, sendo ouvida, na primeira, 01 (uma) testemunha (evento 79.1), e na seguinte, além de 01 (uma) testemunha do juízo, o interrogatório do réu (evento 88.1).

Neste momento, vieram os autos para a realização da presente manifestação ministerial.

Em breve síntese, é o relatório.

**I – CONDIÇÕES DA AÇÃO E PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS**

Primeiramente, compulsando-se os autos, cumpre destacar que se verificam presentes todas as condições da ação nesta instrução processual, consistentes na legitimidade das partes, possibilidade jurídica do pedido e interesse em agir.

Note-se que o Ministério Público do Estado do Paraná é parte legítima para figurar no pólo ativo da relação processual, uma vez que o crime de homicídio, e os crimes conexos a este, estão submetidos ao Procedimento Especial do Tribunal do Júri, cuja Ação Penal é de natureza pública incondicionada.





## MINISTÉRIO PÚBLICO do Estado do Paraná

Da mesma forma, o réu é parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda, uma vez que a ele se imputam as condutas previstas no artigo 121, inciso IV c/c art. 29, ambos do Código Penal.

Igualmente, percebe-se que o pedido é juridicamente possível, pois conforme supracitado, a conduta descrita na exordial acusatória é típica, ou seja, encontra previsão legal no ordenamento jurídico.

Ademais, o interesse de agir está presente, posto que sem o devido processo não é possível alcançar a responsabilização penal do acusado, com a consequente aplicação da sanção prevista em Lei. Evidenciam-se, deste modo, a máxima necessidade e a utilidade do provimento jurisdicional pleiteado.

Além disso, no que se refere aos pressupostos processuais, verifica-se que o processo instaurou-se e desenvolveu-se regularmente, não havendo nulidade a ser declarada.

Portanto, uma vez que o processo transcorreu de maneira válida, sendo o réu devidamente citado, oportunizando-o a possibilidade de se defender, através do oferecimento de defesa prévia e a apresentação de testemunhas, restou fortemente demonstrado o respeito aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

### II – MÉRITO

Após cuidadosa análise dos elementos probatórios, percebe-se que a conduta perpetrada pela corré GENOVEVA QUARTAROLLI amolda-se, perfeitamente, ao crime de homicídio, previsto no artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal.





**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
*do Estado do Paraná*

Nesta linha, O artigo 413, *caput*, do Código de Processo Penal<sup>1</sup>, disciplina que se o Magistrado *a quo*, ao explanar o seu convencimento, entender que há prova da materialidade e indícios mínimos de autoria referentes a narrativa trazida pela exordial acusatória, decidirá pela pronúncia do acusado, uma vez que a análise definitiva da questão é de competência privativa do E. Tribunal do Júri, consoante a regra prevista no artigo 5º, inciso XXXVIII, alíneas 'c' e 'd', da Constituição Federal.

*In casu*, a materialidade delitiva restou comprovada por meio do Laudo do Exame de Necropsia (evento 1.99) e Laudo do Exame do Local de Morte (evento 33.1).

Além da prova da existência do crime, é necessário, também, que existam indícios suficientes de autoria ou de participação, conforme expõe o artigo 413, do Código de Processo Penal.

Desta forma, caso após a instrução: não fique provada a existência do fato; restar provado que o fato não constitui infração penal; seja demonstrada a existência de causa de isenção de pena, ou, ainda, restar comprovado não ser o acusado o autor ou partícipe do fato, a decisão deverá ser de absolvição sumária, nos termos do artigo 415, do referido Códice.

Analisando-se os autos, verifica-se que os elementos de prova produzidos no curso da presente instrução processual, submetidos ao contraditório e a ampla defesa, isentam o acusado LUCIANO ALVES DE BASTOS, de qualquer envolvimento ou participação na prática do crime previsto no artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal.

<sup>1</sup> **Art. 413:** O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.





**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
*do Estado do Paraná*

A prova testemunhal, seja aquela colhida perante autoridade policial, seja aquela em juízo, dão conta que a corré GENOVEVA é a real autora do crime em questão.

**LUIZ CARLOS DE PAULA**, ouvido perante a polícia, declarou: "(...) Que Vêva estava sozinha. Que passaram a discutir e Vêva partiu para cima de Maria Luana. Que as duas entraram em vias de fato e houve muita gritaria, Maria Luana pedia socorro. Que nesse momento, Maria Luana correu para o portão do pensionato onde morava e caiu em frente ao portão (...)" (evento 1.19).

Em audiência de instrução, **DIOGO PEREIRA NEVES** relatou: "(...) No momento do fato ocorrido estava no quintal de casa brincando com os filhos quando ouviu uma discussão entre a vítima e a ré Genoveva (01'01"); que não viu a acusada desferindo os golpes, apenas ouviu os gritos da vítima, e que no momento dos fatos, não viu o acusado Luciano presente (04'52"); que sequer viu algum homem por perto no momento da discussão, apenas as duas mulheres (Luana e Genoveva) (05'23")" (evento 88.4).

Quando interrogado em juízo (evento 88.3), o réu afirma: "Que foi visitar seu filho nesta data e encontrou Genoveva (...) que Genoveva foi em um portão falar com uma menina; que "não tinha o que ela queria mas achava que aquilo serviria" esfaqueando a vítima; que tirou de uma bolsa uma faca de cabo preto e deu uma facada na vítima; que não entregou a faca (...) Que informou ao delegado o que houve; Que quem deu a facada na vítima foi Genoveva (...) Que nega o cometimento do crime, somente entregou a faca à polícia (...); Que viu o ataque e Genoveva jogando a faca em um buraco; Que o buraco era um bueiro de ferro (...)".





**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
*do Estado do Paraná*

Do mesmo modo, extrai-se da decisão que indeferiu o pedido de prisão preventiva do acusado (evento 1.44):

*"Em que pesem os argumentos expostos pela Autoridade Policial, compulsando os autos verifico que não há indícios de participação do representado, no crime de homicídio noticiado.*

*Segundo determina o artigo 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria."*

Portanto, conforme prevê a regra contida no artigo 415, inciso II, do Código de Processo Penal, verifica-se a necessidade de absolver sumariamente o acusado LUCIANO, tendo em vista que o caso em apreço, face a evidência nos autos, não demanda a competência de julgamento pelo Tribunal Popular.

Sobre o tema, é o entendimento de Aury Lopes Jr, segundo o qual:

*"(...) O incisos I e II do artigo 415, CPP, iniciam pela exigência de estar 'provado (a)' a inexistência do fato ou de que o réu não é autor ou partícipe do fato. Trata-se de situação que exige prova robusta, que conduza ao pleno convencimento do juiz de que o fato não existiu ou de que o réu não é autor ou partícipe. Não se confunde, portanto, com 'não haver prova suficiente de autoria ou*







**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
*do Estado do Paraná*

*materialidade'. A exigência é de convencimento e não dúvida do magistrado.<sup>2</sup>*

Portanto, as provas convergem no sentido de que o acusado não concorreu para a prática delitiva, ou seja, não foi o autor, tampouco partícipe do fato criminoso, nos termos do artigo 415, do Código de Processo Penal e, neste sentido é o entendimento jurisprudencial:

*TJ/RJ: "RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRONÚNCIA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PLEITO DE IMPRONÚNCIA OU ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. A decisão de pronúncia é mero juízo de admissibilidade de acusação, bastando a demonstração da existência do crime e indícios suficientes da autoria. "Para a decisão de pronúncia, mero juízo de admissibilidade da acusação, basta que o juiz se convença, dando os motivos de seu convencimento, da existência do crime e de indícios de que o réu seja autor". Compulsando-se os autos constata-se indícios da presença da materialidade delitiva e da autoria atribuída ao recorrente, sendo que neste ponto, a decisão de pronúncia é irretocável. **Em contrapartida para a absolvição sumária é preciso que a prova seja segura e inequívoca da inexistência de autoria delitiva.** Estando presentes indícios de autoria, a pronúncia é de estilo. Eventuais dúvidas acerca dos fatos deverão ser dirimidas pelo Tribunal do Júri, que é constitucionalmente o juiz natural nos crimes dolosos contra a vida. Recurso conhecido e desprovido. (grifo*

<sup>2</sup>JR. Aury Lopes. Direito Processual Penal. 9 ed. Saraiva: São Paulo, 2012.



PROJUDI - Processo: 0000048-27.2017.8.16.0006 - Ref. mov. 93.1 - Assinado digitalmente por Marcelo Balzer Correia:72344792953  
11/10/2017: JUNTADA DE ALEGAÇÕES FINAIS. Arq: Alegações finais: MP



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
*do Estado do Paraná*

*nosso*) (RSE n.º 00270374620138190000, 8ª Câmara Criminal, Rel.: Des. Elizabete Alves de Aguiar, d.j. 21.11.2013).

**III – CONCLUSÃO**

Face ao exposto, o Ministério Público requer a **absolvição sumária** do réu **LUCIANO ALVES DE BASTOS**, nos termos do artigo 415, inciso II, do Código de Processo Penal.

Curitiba, 06 de outubro de 2017.

**Marcelo Balzer Correia**  
Promotor de Justiça



## ANEXO 09 – ALEGAÇÕES FINAIS FORMULADAS PELOS PARTICIPANTES DO PROJETO DE EXTENSÃO GRUPO DE JÚRI IURIS TRIVIMUM

PROJUDI - Processo: 0000048-27.2017.8.16.0006 - Ref. mov. 97.1 - Assinado digitalmente por Andre Peixoto de Souza  
26/10/2017: JUNTADA DE PETIÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. Arq: Petição



IURIS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA  
SUMARIANTE DO TRIBUNAL DO JÚRI DE CURITIBA, PARANÁ.**

**Processo 0000048-27.2017.8.16.0006**

**LUCIANO ALVES DE BASTOS**, já qualificado nos autos em epígrafe do processo crime movido em seu desfavor pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seus defensores dativos, a saber, o Projeto de Extensão Grupo de Júri *Iuris Trivium* - UFPR e seu orientador André Peixoto de Souza, que ao final assina, apresentar as pertinentes **ALEGAÇÕES FINAIS**, aduzindo o que segue:

### **1) BREVE RELATO DOS FATOS**

Consta da exordial acusatória que o ora acusado, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua suposta conduta, movido por inequívoco propósito homicida, teria agido em comunhão de vontades com a executora do homicídio, **GENOVEVA QUARTAROLLI**, aderindo à conduta desta, mediante divisão de tarefas, objetivando findar a vida de Maria Luana Alpinhaky de Oliveira.

A participação de Luciano nos fatos, ainda conforme a denúncia, teria se dado na medida em que este teria permanecido a alguns metros de Genoveva enquanto a mesma desferia facadas contra Maria Luana, na intenção de garantir a execução exitosa do crime.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projud, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P-JYQA\_FTXJQ\_XB7ND\_XNXXGD







## 2) DO MÉRITO

Da análise do processo, através dos depoimentos, das imagens disponibilizadas por câmera de segurança e pelo relato do réu, resta provado que o acusado não praticou a conduta a ele imputada.

A única testemunha que apresentou relato no sentido da denúncia foi Luiz Carlos de Paula, padrasto da vítima Maria Luana Alpinhaky, que, em audiência de instrução, afirmou que o denunciado teria entregue uma faca a Genoveva Quartarolli para que esta pudesse prosseguir com a execução do crime.

Frisa-se que o declarante se contradiz diversas vezes em seu depoimento, tendo afirmado que a faca teria sido adquirida por Genoveva mais cedo no dia dos fatos, mas também que teria sido Luciano que a adquiriu. Ou seja, do cotejo das afirmações efetuadas pela testemunha, não resulta nenhuma conclusão lógica capaz de auxiliar na compreensão dos fatos.

Deve-se atentar ainda ao fato de que as imagens das câmeras de segurança, objeto do laudo de gravação de mídia (mov. 1.109), demonstram que a versão do declarante - de que o réu teria entregue a faca a Genoveva - não se mantém.

As imagens mostram que Luciano estava inicialmente no ponto de ônibus, como dito pelo réu em seu interrogatório, e, posteriormente, no momento em que se presume ter sido o ocorrido, dirigiu-se à esquina da Rua das Carmelitas com a Rua Antônio Schiebel, apenas assistindo ao fato e não participando do mesmo.

As imagens mostram até mesmo Genoveva dispensando a faca no bueiro - local onde a arma do crime foi, inclusive, encontrada posteriormente pela polícia (mov. 1.37) -, tendo a executora apenas passado pelo acusado





TURIS

enquanto empreendia sua fuga, corroborando a versão dada pelo réu em seu interrogatório.

Além disso, a testemunha presencial Diogo Pereira Neves, em seu depoimento na audiência de instrução, diz ter escutado uma discussão entre duas mulheres, tendo visto apenas Genoveva e a vítima, configurando mais um indício de que Luciano não possui envolvimento algum no fato.

Deve-se ressaltar ainda que Genoveva Quartarolli possui outras acusações com o mesmo *modus operandi* - qual seja, o de esfaquear vítimas mulheres em razão de ciúmes, como se percebe da análise dos autos 0000038-17.2016.8.16.0006 - e que sempre age sozinha, sem nunca ter necessitado do respaldo de um terceiro para executar satisfatoriamente os homicídios.

Dessa forma, conclui-se que tanto os atos preparatórios quanto os atos de execução foram de autoria integral de Genoveva Quartarolli, não tendo o acusado colaborado para a realização do crime em nenhuma medida.

Acerca do tema, entende Fernando da Costa Tourinho Filho:

*"Poderá também o Juiz proferir sentença absolutória, nos termos do art. 415 do CPP, quando: I – estiver provada a inexistência do fato; II – estiver provado não ser o réu o autor ou partícipe do crime; III – o fato não constituir infração penal; IV – ficar demonstrada causa de isenção ou de exclusão de crime."*<sup>1</sup>

Resta provado, portanto, o não envolvimento de Luciano Alves de Bastos no delito em questão, verificando-se a necessidade de ser absolvido sumariamente nos termos do artigo 415, inciso II do Código de Processo Penal.

1. TOURINHO FILHO, Fernando Costa. "Manual de Processo Penal". Editora Saraiva, 17ª Ed. 2017.





IURIS

### 3) DA ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA

Desta forma, ante o exposto, pugna-se pela absolvição sumária do acusado Luciano Alves de Bastos, com fulcro no inciso II do art. 415 do Código de Processo Penal, uma vez provado que o réu não concorreu para a infração penal, ratificando, desta forma, o pedido formulado pelo Ministério Público.

### 4) DO ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Por fim, tendo em vista a atuação defensiva até o presente momento processual, desde que agora acatada a tese defensiva que corrobora o pedido absolutório do Ministério Público, requer-se o arbitramento de honorários advocatícios pela atuação de defensoria dativa no presente processo, conforme a Tabela de Honorários da Advocacia Dativa (Resolução Conjunta nº 13/2016 – PGE/SEFA).

Ressalta-se que, em que pese a defesa do acusado tenha sido realizada por estudantes integrantes de projeto de extensão vinculado à Universidade Federal do Paraná, sob integral supervisão do causídico que assina a presente peça processual, o projeto não conta com nenhuma forma de financiamento, de modo que todas as diligências empreendidas no curso do processo, incluindo a localização do acusado e seu transporte para as audiências, foram realizadas pelos estudantes, com recursos próprios.

Diante disso, evidencia-se a necessidade de arbitramento dos honorários advocatícios para garantir continuidade exitosa do projeto.

Nestes termos, pede deferimento.

Curitiba, 25 de outubro de 2017.

André Peixoto de Souza  
OAB/PR 27.090

Projeto de Extensão  
Grupo de Júri Iuris Trivium – UFPR



## ANEXO 10 – SENTENÇA DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA DE LUCIANO ALVES DE BASTOS

PROJUDI - Processo: 0000048-27.2017.8.16.0006 - Ref. mov. 99.1 - Assinado digitalmente por Daniel Ribeiro Surti de Avelar:10850  
07/11/2017: ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA - CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA. Arq: Absolvção Sumária



### Poder Judiciário 2ª Secretaria do Tribunal de Juri Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

Autor: Ministério Público  
Réu: Luciano Alves de Bastos  
Autos nº 0000048-27.2017.8.16.0006

Vistos e examinados os presentes autos de AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA, registrada sob nº 0000048-27.2017.8.16.0006 e proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO em face de LUCIANO ALVES DE BASTOS.

#### 1 - RELATÓRIO

O MINISTÉRIO PÚBLICO ofereceu denúncia em face de LUCIANO ALVES DE BASTOS, brasileiro, portador do RG nº 2.419.591-0/PR, natural de Curitiba/PR, nascido em 17/02/1979, filho de Vera Lúcia Alves de Bastos e José Dionei Alves de Bastos, sem residência fixa e GENOVEVA QUARTAROLLI, brasileira, portadora do RG nº 8.014.972-7/PR, natural de Curitiba/PR, nascida em 08/11/1983, filha de Maria Madalena Batista e Getúlio Edgard Quartarolli, sem residência fixa, imputando-lhes a prática, em tese, do delito previsto no artigo o artigo 121, §2º, inciso IV, c/c o artigo 29, ambos do Código Penal, contra a vítima Maria Luana Alpinhaki de Oliveira (movimento 1.3):

"No dia 06 de novembro de 2016, por volta das 17h10min, em via pública, na Rua das Carmelitas nº 2816, Bairro Boqueirão Município e Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/ PR, os denunciados Genoveva Quartarolli e Luciano Alves de Bastos, cientes da ilicitude e reprovabilidade de suas ações, movidos por inequívoco propósito homicida, agindo em comunhão de

ANG

Daniel R. Surti de Avelar

1

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projud, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P.JTD9 Y8NZW ERMJM M8C8D



**Poder Judiciário**  
2ª Secretaria do Tribunal de Juri  
Foro Central da Comarca da Região  
Metropolitana de Curitiba

**Autor: Ministério Público**  
**Réu: Luciano Alves de Bastos**  
**Autos nº 0000048-27.2017.8.16.0006**

vontades e unidade de desígnios, um aderindo à conduta do outro, mediante divisão de tarefas, executaram plano por eles previamente entabulado no sentido de tirar a vida da vítima Maria Luana Alpinhaky de Oliveira, por razões ainda não esclarecidas. Para tanto, a denunciada Genoveva Quartaroli, de posse de arma branca (apreendida às fls. 69), desferiu um golpe de faca contra a vítima, o que constituiu na causa eficiente de sua morte (cujo laudo de exame de necropsia nº 2361/2016, será oportunamente juntado aos autos)".

"Segundo apurado, o crime foi cometido mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, pois a denunciada surpreendeu a vítima no momento em que chegava em casa".

"Apurou-se ainda que, enquanto a denunciada Genoveva Quartaroli efetuava o golpe de faca contra a vítima, o denunciado Luciano Alves de Bastos permanecia a alguns metros, a fim de garantir a execução exitosa do crime, favorecendo a fuga de ambos."

A denúncia foi recebida em 10/02/2017 (movimento 1.59).

Recebida a exordial acusatória a acusada Genoveva Quartaroli foi devidamente citada (movimento 1.95), apresentando resposta a acusação (movimento 1.123).

Em virtude da não localização do acusado Luciano Alves de Bastos, o feito foi desmembrado em relação a este (movimento 1.131).

Na sequência, o acusado Luciano Alves de Bastos foi devidamente citado (movimento 24.1) e apresentou resposta à acusação (movimento 40.1).

Em seguida, foram realizadas audiências de instrução e julgamento, sendo ouvidas as testemunhas, e, ao final interrogado o réu (movimento 79.1 e 88.1).

ANG

2  
Daniel R. Surti de Avelar

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.418/2006, resolução do Projudi, do TJPR/PR  
Validação deste em <https://projudi.pr.jus.br/projudi/> - Identificador: P.JT09 Y8N2W ERMJM M8C6D







**Poder Judiciário**  
2ª Secretaria do Tribunal de Juri  
Foro Central da Comarca da Região  
Metropolitana de Curitiba

Autor: Ministério Público  
Réu: Luciano Alves de Bastos  
Autos nº 0000048-27.2017.8.16.0006

Em sede de alegações finais, o Ministério Público requereu a absolvição sumária do acusado Luciano Alves de Bastos, nos termos do artigo 415, inciso II, do Código de Processo Penal (movimento 93.1).

No mesmo sentido, postulou a defesa (movimento 97.1).

DECIDO.

## 2 - FUNDAMENTAÇÃO

A decisão do sumário da culpa demanda, primordialmente, a análise dos indícios da autoria do crime e da prova da materialidade delitiva, requisitos exigidos pelo artigo 413 do CPP para que o acusado seja submetido a júri popular. Ausentes estes elementos mínimos de prova, impronuncia-se o acusado (art. 414 do CPP). De outro lado, absolve-se sumariamente o acusado se comprovada: a incidência de causa excludente do crime, a sua inexistência, não ter o réu praticado ou concorrido para o fato, ou, ainda, ante a inimizabilidade mental (sendo esta a única tese defensiva - art. 415, CPP). Por fim, demonstrada a ausência de *animus necandi* procede-se a desclassificação do crime (art. 419 do CPP).

### 2.1 – DA MATERIALIDADE

A materialidade do delito versado na inicial está comprovada pelo laudo de necropsia de n.º 2361/2016 – HCPF da vítima Maria Luana Alpinhaky de Oliveira (movimento 1.99) e laudo de local de morte de n.º 59.288/2016 (movimento 33.1).

ANG

3  
Daniel R. Surti de Avelar





**Poder Judiciário**  
2ª Secretaria do Tribunal de Juri  
Foro Central da Comarca da Região  
Metropolitana de Curitiba

Autor: Ministério Público  
Réu: Luciano Alves de Bastos  
Autos nº 0000048-27.2017.8.16.0006

**2.2 – DO ACERVO PROBATÓRIO EXISTENTE NOS  
AUTOS RELATIVO À AUTORIA DELITIVA**

Durante a instrução em Juízo foram ouvidas as seguintes testemunhas/informantes:

O informante Luiz Carlos de Paula, padasto da vítima declarou que: não presenciou os fatos; não teve acesso a imagens gravadas no dia e momento dos fatos; que uma pessoa de nome Diogo teria presenciado o crime; que segundo referida pessoa a acusada Genoveva Quartarolli teria praticado o crime com a auxílio de um comparsa; que, todavia, Diogo não soube informar ao declarante quem seria esse tal comparsa (movimento 79.3).

A testemunha Diogo Pereira Neves, declarou que: no dia dos fatos estava no quintal da sua residência com seus filhos; que ouviu e viu uma discussão entre a vítima e a acusada Genoveva Quartarolli; que apenas a vítima e Genoveva Quartarolli discutiam; que não presenciou o momento em que a acusada desferiu golpes de faca na vítima; que durante as discussões entre a vítima e Genoveva Quartarolli, o declarante não presenciou nenhum homem junto das mesmas (movimento 88.4).

O acusado Luciano Alves de Bastos, em seu interrogatório, declarou que: no dia dos fatos foi visitar seu filho; que no trajeto encontrou com Genoveva Quartarolli; que Genoveva Quartarolli disse ao acusado que estava a esperar seu marido; que após cumprimentar Genoveva Quartarolli o acusado se dirigiu para um ponto de ônibus que ficava próximo ao local do crime e, que, Genoveva Quartarolli foi bater num portão de uma residência também próximo do local dos fatos; que nesse portão Genoveva Quartarolli conversava com uma menina; que Genoveva Quartarolli disse para tal menina "eu não tenho o que você pediu, mas acho





**Poder Judiciário**  
2ª Secretaria do Tribunal de Juri  
Foro Central da Comarca da Região  
Metropolitana de Curitiba

Autor: Ministério Público  
Réu: Luciano Alves de Bastos  
Autos nº 0000048-27.2017.8.16.0006

que isso aqui serve"; que nesse instante Genoveva Quartarolli desferiu um golpe de faca em tal menina; que a faca utilizada no crime estava na bolsa de Genoveva Quartarolli; que após desferir o golpe de faca Genoveva Quartarolli saiu andando e jogou a faca em um buraco; que o acusado não auxiliou Genoveva Quartarolli na prática do crime; que o acusado não presenciou discussão entre a vítima e Genoveva Quartarolli antes da ocorrência do crime; que o acusado apenas presenciou a ocorrência do crime; que em momento algum o acusado auxiliou Genoveva Quartarolli na execução do crime; que Genoveva Quartarolli teria cometido o crime em virtude de ciúmes do seu marido; que o acusado encontrou a faca utilizada no crime e a entregou para a autoridade policial (movimento 88.5).

### 3 – DA ABSOLUÇÃO SUMÁRIA DO ACUSADO

Como se pode perceber, em nenhum momento durante a instrução foi ventilado o nome do acusado Luciano Alves de Bastos como um dos possíveis envolvidos nos fatos versados na denúncia.

Nessa toada, destaco que que todas as testemunhas ouvidas na instrução do feito se referiram a Genoveva Quartarolli como a real autora do crime em questão, o que, todavia, não ocorreu em relação ao acusado Luciano Alves de Bastos.

Destaco especial atenção para o depoimento da testemunha ocular, Diogo Pereira Neves, o qual declarou ter presenciado os fatos e, que, em relação a isto, veio a afirmar categoricamente, que, apenas a vítima e Genoveva Quartarolli discutiam naquela oportunidade, de modo que durante tal discussão, jamais presenciou a testemunha, um terceiro envolvido que teria atuado como comparsa de Genoveva Quartarolli auxiliando-a na execução do crime.

Diante disso, não havendo elementos, ainda que indiciários, que apontem alguma participação do acusado Luciano Alves de Bastos nos

ANG

5  
Daniel R. Surti de Avelar







**Poder Judiciário**  
2ª Secretaria do Tribunal de Juri  
Foro Central da Comarca da Região  
Metropolitana de Curitiba

**Autor: Ministério Público**  
**Réu: Luciano Alves de Bastos**  
**Autos nº 0000048-27.2017.8.16.0006**

fatos que narrados na inicial, verifico que o juízo de admissibilidade da acusação não se sustenta. E nem se diga que neste momento processual seria imperiosa a aplicação do princípio *in dubio pro societate*, de vez que não estamos diante de um caso onde haja dúvida ou incerteza no tocante à autoria delitiva, mas sim diante de uma completa inexistência de qualquer elemento que permita fazer a ligação do réu aos fatos.

Nesse diapasão, entendo que a absolvição sumária é forçosamente a decisão mais acertada e que se enquadra melhor ao panorama formado pelos elementos de convicção contidos no presente feito, de modo que acolho a argumentação desenvolvida pelas partes em sede de alegações finais.

#### 4. DA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS

Foi nomeado como defensor dativo para patrocinar a defesa do acusado, o advogado DR. ANDRÉ PEIXOTO DE SOUZA – OAB/PR 27.090 (movimento 46.1), eis que é dever do Estado efetivar a assistência judicial gratuita aos necessitados, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal:

Art. 5º - (...) LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovam insuficiência de recursos”.

No mesmo sentido, a Lei 8.096/1994 (Estatuto da OAB) dispõe:

Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

§ 1º O advogado, quando indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, no caso de impossibilidade da Defensoria Pública no local da prestação de serviço,

ANG

6  
Daniel R. Surti de Avelar





**Poder Judiciário**  
2ª Secretaria do Tribunal de Juri  
Foro Central da Comarca da Região  
Metropolitana de Curitiba

Autor: Ministério Público  
Réu: Luciano Alves de Bastos  
Autos nº 0000048-27.2017.8.16.0006

tem direito aos honorários fixados pelo juiz, segundo  
tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB, e  
pagos pelo Estado.

Ante o exposto, fixo honorários advocatícios em favor  
da DR. ANDRÉ PEIXOTO DE SOUZA – OAB/PR 27.090, no importe de R\$ 2.150,00  
(dois mil cento e cinquenta reais), consoante Anexo I, item 1.4, da Resolução  
Conjunta n. 04 /2017 – SEFA/PGE, do Conselho Seccional da OAB para remuneração  
de advogados, que deverão ser suportados pela Fazenda Pública do Estado do Paraná.

**5 - DISPOSITIVO**

Ante o exposto, julgo improcedente a pretensão  
punitiva deduzida na denúncia para o fim de absolver o acusado Luciano Alves de  
Bastos, já qualificado nos autos, da acusação de infração ao disposto no artigo 121,  
§2º, incisos IV, c/c o artigo 29, ambos do Código Penal, o que faço com esteio no art.  
415, inciso II, do Código de Processo Penal.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Diligências necessárias.

Curitiba, 06 de novembro de 2017.

**DANIEL R. SURDI DE AVELAR**  
JUIZ DE DIREITO



**ANEXO 11 – OFÍCIOS ENVIADOS A COMARCAS DIVERSAS DE CURITIBA/PR  
EM 2018**

**Requerimento**

Curitiba, 25 de junho de 2018

À 1ª Vara Criminal de Colombo  
Rua Francisco Camargo, 191  
Alto Maracanã, Colombo – Paraná

O Projeto de Extensão Grupo de Júri Iuris Trivium, inscrito junto ao Departamento de Direito Público do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, em funcionamento entre 01º de maio de 2017 a 30 de abril de 2021, tem por objetivo, atuando em paralelo com a Defensoria Pública, concretizar o direito à defesa técnica de qualidade para réus hipossuficientes submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri, bem como proporcionar oportunidades de aprendizado para seus membros.

Por intermédio de seu coordenador Professor Doutor André Peixoto de Souza, inscrito na OAB sob o nº 027090/PR, o projeto solicita sua nomeação para a atuação na forma de defensoria dativa em processos relativos à crimes dolosos contra a vida a serem julgados por esta 1ª Vara Criminal de Colombo.

---

André Peixoto de Souza

## **Requerimento**

Curitiba, 25 de junho de 2018

Ao Excelentíssimo Doutor  
Ricardo José Lopes  
Rua Antonina, 200 – CEP 83260-000  
Caiubá, Matinhos – Paraná

Prezado Dr. Lopes,

O Projeto de Extensão Grupo de Júri Iuris Trivium, inscrito junto ao Departamento de Direito Público do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, em funcionamento entre 01º de maio de 2017 a 30 de abril de 2021, tem por objetivo, atuando em paralelo com a Defensoria Pública, concretizar o direito à defesa técnica de qualidade para réus hipossuficientes submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri, bem como proporcionar oportunidades de aprendizado para seus membros.

Por intermédio de seu coordenador Professor Doutor André Peixoto de Souza, inscrito na OAB sob o nº 027090/PR, o projeto solicita sua nomeação para a atuação na forma de defensoria dativa em processos a serem julgados por esta Vara Criminal de Matinhos, especificamente de competência do Tribunal do Júri.

---

André Peixoto de Souza

## **Requerimento**

Curitiba, 25 de junho de 2018

À 1ª Vara Criminal e Tribunal do Júri de Pinhais  
Rua 22 de Abril, 199  
Estância Pinhais, Pinhais – Paraná

Prezado Dr. Avelar,

O Projeto de Extensão Grupo de Júri Iuris Trivium, inscrito junto ao Departamento de Direito Público do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, em funcionamento entre 01º de maio de 2017 a 30 de abril de 2021, tem por objetivo, atuando em paralelo com a Defensoria Pública, concretizar o direito à defesa técnica de qualidade para réus hipossuficientes submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri, bem como proporcionar oportunidades de aprendizado para seus membros.

Por intermédio de seu coordenador Professor Doutor André Peixoto de Souza, inscrito na OAB sob o nº 027090/PR, o projeto solicita sua nomeação para a atuação na forma de defensoria dativa em processos relativos a crimes dolosos contra a vida a serem julgados por esta 1ª Vara Criminal e Tribunal do Júri de Pinhais.

---

André Peixoto de Souza

## **Requerimento**

Curitiba, 25 de junho de 2018

Ao Excelentíssimo Doutor  
Leonardo Bechara Stancioli  
Avenida Getúlio Vargas, 1417 – CEP 83301-010  
Centro, Piraquara – Paraná

Prezado Dr. Stancioli,

O Projeto de Extensão Grupo de Júri Iuris Trivium, inscrito junto ao Departamento de Direito Público do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, em funcionamento entre 01º de maio de 2017 a 30 de abril de 2021, tem por objetivo, atuando em paralelo com a Defensoria Pública, concretizar o direito à defesa técnica de qualidade para réus hipossuficientes submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri, bem como proporcionar oportunidades de aprendizado para seus membros.

Por intermédio de seu coordenador Professor Doutor André Peixoto de Souza, inscrito na OAB sob o nº 027090/PR, o projeto solicita sua nomeação para a atuação na forma de defensoria dativa em processos a serem julgados por esta Vara Criminal de Piraquara, especificamente de competência do Tribunal do Júri.

---

André Peixoto de Souza

## ANEXO 12 – EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO DO PROJETO DE EXTENSÃO GRUPO DE JÚRI IURIS TRIVIUM – 2018



IURIS

### EDITAL

Faculdade de Direito da UFPR – Departamento de Direito Público

Projeto de Extensão Grupo de Júri Iuris Trivium

O projeto de extensão “GRUPO DE JÚRI – IURIS TRIVIUM” divulga a abertura de inscrições para 14 (catorze) vagas no projeto, que desenvolverá os seguintes objetivos:

- (a) Estudo do funcionamento do Tribunal do Júri com caráter acadêmico e prático-extensionista.
- (b) Participação em casos reais nos quais o grupo será nomeado como defensor dativo junto a réus hipossuficientes em crimes dolosos contra a vida.
- (c) Sustentação em plenário do Tribunal do Júri.
- (d) Elaboração de artigos ao final de cada caso, atendimento e assistência jurídica aos réus.

#### 1. Inscrições

De 02 a 11 de maio, através do formulário no site <https://goo.gl/forms/xLrGKRqiKR7DsTz11>.

#### 2. Número de vagas

14 (catorze) vagas disponíveis para alunos da graduação.

#### 3. Carga horária

4 (quatro) horas semanais.

#### 4. Local das reuniões e atendimento

As reuniões acontecerão no prédio da Santos Andrade, em sala a confirmar. O atendimento aos réus acontecerá em diversos momentos, tendo como possíveis locais unidades prisionais e o Tribunal do Júri.

#### 5. Reuniões e periodicidade

As reuniões dos grupos serão semanais, conforme as atividades do projeto demandarem. Para a obtenção do certificado de horas complementares, é necessária a participação em todas as reuniões.

#### 6. Processo seletivo

Constituirá em uma avaliação escrita na qual será pedido da ou do estudante a elaboração de uma tese a partir de situações propostas. A apresentação de tese não cabível no caso apresentado implicará na anulação da questão. A prova será aplicada no dia 19 (dezenove) de maio, às 9h. A sala será divulgada posteriormente na página do Iuris Trivium e no grupo Direito



IURIS

UFPR 2018. A consulta é livre ao Código Penal e ao Código de Processo Penal (legislação seca, sem comentários).

#### 7. Participação

A princípio, a participação é voluntária, mas havendo disponibilidade de bolsa será realizada a seleção, com critérios, local e data a serem definidos oportunamente.


#### 8. Certificação de horas complementares

Serão concedidas as horas complementares comprovadas durante o ano de 2018.

Curitiba, 02 de maio de 2018.



## ANEXO 13 – PROVA APLICADA NO PROCESSO SELETIVO DE 2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
FACULDADE DE DIREITO  
PROJETO DE EXTENSÃO - IURIS TRIVIUM  
PROCESSO SELETIVO 2018

Nome: \_\_\_\_\_ GRR: \_\_\_\_\_

**QUESTÃO 01**

**Instruções**  
Leia cada caso com atenção e **escolha somente um** para responder. Cada caso corresponde a uma situação fictícia na qual será pedido da e do estudante a elaboração de uma tese defensiva cabível. O critério de correção será atribuído conforme a complexidade da tese escolhida, a capacidade argumentativa e o embasamento teórico da resposta. Teses não cabíveis anularão a questão.

**Caso 1**

Após um exaustivo ano letivo, Bruno Renan Korner decide viajar para uma pequena cidade do interior com o intuito de aproveitar suas tão merecidas férias e de visitar sua família e amigos. Lá chegando, deixa seus pertences na casa de seus pais e sai para beber com Gian, Matheus e Heitor no início daquela noite, visando comemorar o seu aniversário de dezoito anos.

Por volta das três horas da manhã, Bruno deixa o bar com os seus amigos e os leva para a fazenda da família, onde decidem atirar em algumas latas de cerveja vazias. Após alguns minutos, Bruno avisa seus amigos que precisa ir ao banheiro, deixando-os sozinhos. Aproveitando a ausência de Bruno, bem como percebendo que Heitor já havia desmaiado, Gian e Matheus decidem pregar uma peça no jovem desfalecido. Com esta intenção, a dupla remove as roupas do espantalho da plantação onde estavam, colocam em Heitor e o posicionam exatamente onde o espantalho original estava.

Ao retornar, Bruno retoma o jogo de tiro ao alvo contra as latas vazias de cerveja. Gian e Matheus subitamente começam a rir, visto que Bruno realmente não tinha percebido a ausência de Heitor, muito menos percebido que o espantalho havia sido trocado. Bruno, ao achar que a risada de seus amigos era voltada ao seu mal desempenho como atirador, perde a cabeça e grita: "Vamos ver se eu erro agora!", descarregando completamente a arma no corpo do espantalho, para o horror de seus amigos, que não conseguiram alertar o atirador a tempo.

Com a inevitável morte de Heitor, Bruno foi denunciado nos termos do art. 121, § 2º, II, do Código Penal. Com base somente nos dados apresentados, aponte a tese defensiva cabível e justifique.

### **Caso 2**

Robert Cunningham, nascido em 1947, é gerente de um grande banco. Responsável por uma das maiores agências da empresa, Cunningham é a única pessoa com a senha do cofre além da empresa de transporte de valores que realiza a sua manutenção.

Em certa oportunidade, Cunningham se viu refém de um assalto à sua agência. Para seu desespero, naquele dia seu filho de dez anos estava sob seus cuidados. Percebendo a situação de fragilidade do gerente, os assaltantes utilizaram o filho de Robert como forma de fazê-lo cooperar.

Diante da situação, Robert não teve escolha senão abrir o cofre para os bandidos e rezar para que estes subtraíssem logo todos os valores desejados e deixassem a agência o mais rápido possível.

Do lado de fora da agência, um policial a paisana notou um estranho movimento e decidiu adentrar o perímetro do estabelecimento. Após alguns passos, o policial recebeu um golpe pelas costas e foi ao chão, deixando sua arma exposta.

Percebendo a situação, Robert prontamente toma a arma do policial e aponta para os assaltantes, exigindo que devolvessem seu filho imediatamente. Sua ação, contudo, serviu apenas para irritar os bandidos, que de imediato utilizam seu filho como escudo humano. Ao notar que um dos assaltantes estava com a arma engatilhada e com o cano encostado contra a cabeça da criança, Robert se viu tomado pelo mais intenso desespero e decide cooperar integralmente.

Neste momento, o líder da quadrilha exige que o gerente do banco execute o policial desarmado. Cunningham, diante de tamanha coação, executa o policial.

Robert foi denunciado nos termos do art. 121, § 2º, IV, do Código Penal. Com base somente nos dados apresentados, aponte a tese defensiva cabível e justifique.

### **Caso 3**

Jonas Oliveira é policial militar. Em um dado dia, antes de começar seu expediente, vai até uma padaria local tomar seu café da manhã, como de costume.

Entretanto, para a surpresa de Jonas, dois indivíduos adentram o perímetro do estabelecimento onde o policial se encontrava e anunciam um assalto. Jonas prontamente saca sua arma e dá voz de prisão aos bandidos. Um deles prontamente acata a ordem, coloca as mãos na cabeça e deita no chão. O outro, contudo, portador de grande vigor físico, acredita que poderá subjugar o policial antes que este possa reagir à sua investida.

Munido de uma faca, o assaltante parte para cima do policial. Jonas prontamente coloca o dedo no gatilho e atira na perna do agressor. Todavia, o assaltante, por conta de sua elevada



constituição física, continua sua investida contra o policial, que se vê forçado a atirar mais uma vez, dessa vez no braço do agressor.

Mesmo com o segundo tiro, o assaltante não dava sinais de reduzir a força de seu ataque, que se tornava cada vez mais iminente. Finalmente, Jonas dispara uma terceira vez, desta vez no abdome, o que faz com que o assaltante vá ao chão imediatamente, morrendo poucos minutos depois em virtude de hemorragia.

Em virtude dos diversos disparos efetuados, Jonas Oliveira foi denunciado nos termos do art. 121, § 2º, II, do Código Penal. Com base somente nos dados apresentados, aponte a tese defensiva cabível e justifique.

#### **QUESTÃO 02**

(XXI EOAB - ADAPTADO) Paulo e Júlio, colegas de faculdade, comemoravam juntos, na cidade de São Gonçalo, o título obtido pelo clube de futebol para o qual o primeiro torce. Não obstante o clima de confraternização, em determinado momento, surgiu um entrevero entre eles, tendo Júlio desferido um tapa no rosto de Paulo. Apesar da pouca intensidade do golpe, Paulo vem a falecer no hospital da cidade, tendo a perícia constatado que a morte decorreu de uma fatalidade, porquanto, sem que fosse do conhecimento de qualquer pessoa, Paulo tinha uma lesão pretérita em uma artéria, que foi violada com aquele tapa desferido por Júlio e causou sua morte. O órgão do Ministério Público, em atuação exclusivamente perante o Tribunal do Júri da Comarca de São Gonçalo, denunciou Júlio pelo crime de lesão corporal seguida de morte (Art. 129, § 3º, do CP). Considerando a situação narrada e não havendo dúvidas em relação à questão fática, responda se o juízo perante o qual Júlio foi denunciado é competente e justifique.

#### **QUESTÃO 03**

Como se sabe, as teses absolutórias não são os únicos recursos disponíveis ao tribuno do júri em plenário. Dentre as teses clássicas que podem ser abordadas durante os debates, encontram-se a retirada de qualificadora e a arguição de causa especial de diminuição de pena.

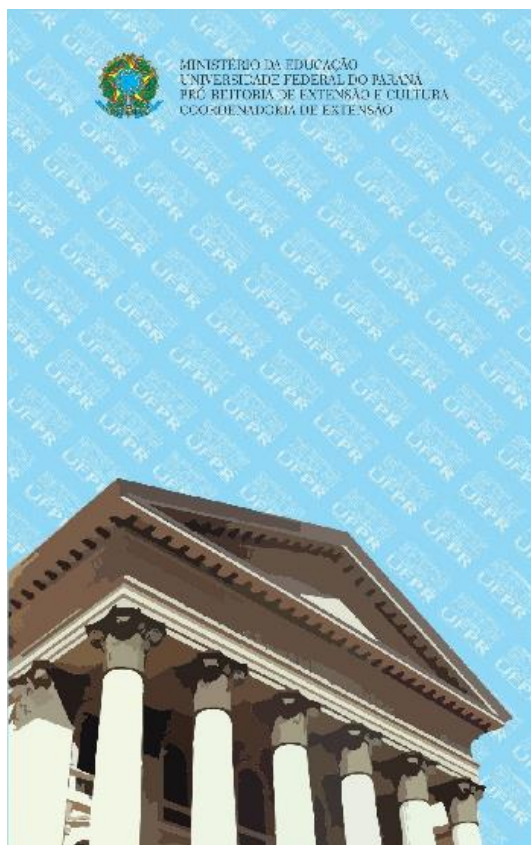
Suponha uma situação hipotética onde só seja possível optar por apenas uma destas teses. Qual delas é a mais benéfica para o réu? Justifique.

#### **QUESTÃO 04**

Assinale verdadeiro ou falso:

- ( ) O procedimento do júri possui duas fases, dividindo-se entre juízo da acusação ("formação da culpa") e juízo da causa.
- ( ) O procedimento no juízo de acusação, onde predomina o princípio do *in dubio pro societate*, inicia-se com o oferecimento da denúncia e termina com a decisão de pronúncia, impronúncia, absolvição sumária ou desclassificação.
- ( ) O juiz pronunciará o acusado se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou participação.
- ( ) As características constitucionais do júri brasileiro, delimitadas pela Constituição Federal de 1988, são: a ampla defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para julgar crimes dolosos contra a vida.
- ( ) É possível que um crime que não seja doloso contra a vida seja julgado pelo júri, desde que seja conexo com outro crime doloso contra a vida (por exemplo, estupro em conexão com homicídio). Neste caso, o Tribunal do júri atrai a competência para o delito diverso, julgando ambos (CPP, art. 78, I).
- ( ) Os crimes preterdolosos (art. 19, CP), em que há o resultado morte, o qual agrava a pena, não são julgados pelo Tribunal do Júri. Assim, por exemplo, o latrocínio (art. 157, §3º CP) e a lesão corporal seguida de morte (art. 129, §3º CP).
- ( ) Em caso de apelação da sentença ao Tribunal de Justiça, há possibilidade de reforma da decisão do Conselho de Sentença pelo tribunal.
- ( ) Durante o julgamento em plenário, não será permitida a produção ou leitura de documento que não tenha sido juntado aos autos com antecedência mínima de 2 (dois) dias, configurando exceção à regra de que os documentos podem ser juntados a qualquer momento (art. 231, CPP). Tal medida busca evitar o cerceamento do exercício do contraditório e produção de contraprova.
- ( ) Segundo o parágrafo único do art. 415 do CPP, não será cabível a absolvição sumária, na modalidade de absolvição imprópria, se houver outra tese defensiva.

**ANEXO 14 – CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO NO PROJETO DE EXTENSÃO  
GRUPO DE JÚRI IURIS TRIVIUM EM 2017**



# *Certificado*

**SUSAN SQUAIR**

participou como voluntário(a), sob a orientação de ANDRE PEIXOTO DE SOUZA no projeto de extensão "Grupo de júri Iuris Trivium", coordenado por ANDRE PEIXOTO DE SOUZA, cumprindo 68 hora(s) de atividades no período de 01/05/2017 a 31/12/2017, promovido pelo(a) Departamento de Direito Público do(a) Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

04 de Maio de 2018.

Prof. Dr. Leandro Franklin Gorsdorf  
Pro-Reitor de Extensão e Cultura

Profª. Drª. Maria Virginia Filomena Cremasco  
Coordenadora de Extensão

Código de validação: "RH95839"

Para verificar a autenticidade deste certificado, acesse:  
<https://intranet.ufpr.br/sigepublico/certificado?executeValidate>





## ANEXO 15 – RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO NO PROJETO DE EXTENSÃO

### GRUPO DE JÚRI IURIS TRIVIUM – 2017



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
 PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA  
 COORDENADORIA DE EXTENSÃO

<b>RELATÓRIO DE ESTUDANTE PARTICIPANTE DE PROGRAMA OU PROJETO DE EXTENSÃO</b>	
Título do Projeto/Programa: Grupo de Júri Iuris Trivium	
Nome: Susan Squair	Matrícula UFPR: GRR 20140964
Curso: Direito	
Orientador: André Peixoto de Souza	
ANO a que se refere este relatório: 2017	Carga horária semanal: 02h
Se bolsista, indicar qual tipo de bolsa: ( ) Extensão ( ) Fundação Araucária PIBIS ( ) PROEXT ( ) Fundação Araucária PIBEX	
Outra: qual?	
<b>AValiação Subjetiva – Individual/Pessoal</b>	
<p>1. Descreva de forma concisa e objetiva as atividades que você executou no Programa/Projeto.</p> <p>Acompanhamento processual junto à 2ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba, análise processual, entrevistas com o réu defendido pelo projeto, preparação de perguntas a serem feitas a testemunhas durante audiências, orientação ao réu defendido quanto a sua autodefesa judicial, elaboração de peças processuais atinentes à defesa técnica do réu defendido pelo projeto, diligências junto ao cartório da referida Vara.</p>	
<p>2. Indique as contribuições para sua formação decorrentes da participação no Programa/Projeto, nas dimensões acadêmica, profissional e cidadã:</p> <p>Academicamente, as atividades do projeto proporcionaram aprofundamento nas disciplinas de direito penal e processual penal, requerendo pesquisas doutrinárias nessas áreas, além de demonstrar as limitações do aprendizado teórico obtido em sala de aula, uma vez que a especificidade das questões tratadas no processo que foi acompanhado exigiu conhecimento de conteúdos, como os requisitos para uma absolvição sumária no Tribunal do Júri, de forma muito mais aprofundada do que a tratada no currículo normal do curso.</p> <p>Profissionalmente, o projeto oportunizou a vivência antecipada da prática da advocacia, com suas nuances que não é possível revelar a partir de um estudo teórico e acadêmico, além de propiciar o trabalho em equipe, exigindo uma divisão de tarefas eficiente e a demonstração de proatividade.</p> <p>Do ponto de vista da formação cidadã, destaca-se o fato de o projeto ter demandado constante diálogo com o réu defendido no processo acompanhado, pessoa integrante de uma realidade absolutamente diversa da universitária, sendo inclusive usuário de "crack", o que possibilitou um entendimento de tal realidade, bem como foi possível transmitir noções básicas do processo penal em que figurava como réu a essa pessoa. Ainda, formou-se um vínculo entre os participantes do projeto e a pessoa atendida, despertando a intenção de promover auxílio além do jurídico, por exemplo buscando tratamento para o vício mencionado.</p>	
<p>3. Sua participação no Programa/Projeto de Extensão permitiu a você verificar a relação ensino/pesquisa/extensão? De que forma?</p>	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA  
COORDENADORIA DE EXTENSÃO

Sim. Evidenciou-se durante o trabalho a insuficiência, para o bom desempenho na vida profissional, dos conteúdos teóricos trabalhados em sala de aula, ficando plenamente demonstrada a necessidade não só de aprofundamento dos conhecimentos por meio da pesquisa, mas também de seu exercício prático e do desenvolvimento de habilidades relacionadas ao trato interpessoal para se efetivar uma formação adequada.

4. Quais mudanças você observou no grupo parceiro ou público alvo, de acordo com a proposição inicial do Programa ou Projeto? Os objetivos da atividade de Extensão foram atingidos?

Por decisão da 2ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba, somente um processo foi acompanhado pelo projeto até o momento, de forma que o público alvo efetivamente atendido se restringiu à pessoa desse réu. Contudo, as mudanças pelas quais passou Luciano no período em que foi acompanhado pelos integrantes do projeto foram claras, tendo ele adquirido mais confiança no trato com os agentes públicos atuantes em seu processo, criado um vínculo com a equipe, o qual inclusive lhe possibilitou pedir auxílio para seu encaminhamento para tratamento da dependência de substância química, e desenvolvido um entendimento mais amplo e juridicamente correto de todo o processo ao qual foi submetido, inclusive das fases anteriores à atuação do projeto, como o momento em que prestou depoimento à autoridade policial ou à sua participação como testemunha na audiência de instrução e julgamento de outro processo correlato àquele ao qual respondeu.

Com relação ao processo acompanhado, é inegável que os objetivos da atividade extensionista foram atingidos, uma vez que, por intermédio da defesa técnica de qualidade realizada junto à 2ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba, o réu assistido pelo projeto foi absolvido sumariamente na data de 06 de novembro de 2017.

5. Quanto à proposta do Programa/Projeto, sob seu ponto de vista, estava adequada às necessidades do grupo parceiro, e era viável aplicá-la à realidade ali encontrada? Justifique.

Sim. Tem-se que as pessoas que figuram como réus em processos do Tribunal do Júri, muitas vezes, não possuem recursos financeiros suficientes para constituir um defensor. Por outro lado, a defensoria pública não conta com toda a estrutura de que precisaria para atender a totalidade desses réus hipossuficientes, de modo que por vezes, ocorrem nomeações de defensores dativos diferentes para cada ato do processo, e/ou sem tempo hábil para que os profissionais ofereçam uma defesa técnica com a qualidade adequada a essas pessoas. Assim, evidencia-se a necessidade de proporcionar a essas pessoas uma defesa técnica consistente e de qualidade, sem custos para elas. A atuação nos processos de graduandos de direito, sob a supervisão e orientação de professores altamente qualificados do curso, é uma forma eficiente de se suprir essa necessidade, de forma que a viabilidade do projeto resta comprovada.

6. Quais elementos de Interdisciplinaridade (diálogo com outros campos de conhecimento, que não o de seu Curso específico) a participação no Programa/Projeto lhe propiciou aprender ou vivenciar?

Foi necessária, no decorrer do processo, a aplicação de determinados conhecimentos próprios da área da psicologia, os quais precisaram ser obtidos por meio de pesquisas realizadas pelos integrantes do projeto, pois, além de a atividade principal do projeto envolver o diálogo constante e aprofundado com uma pessoa usuária de crack, houve a necessidade de preparar perguntas a serem feitas em audiência a testemunhas que tinham anteriormente se mostrado determinadas a causar a condenação da pessoa assistida pelo projeto, de forma que sua redação precisou ser cuidadosamente definida para que ensejasse respostas condizentes com a verdade ou aptas a revelar as inverdades das versões dessas testemunhas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA  
COORDENADORIA DE EXTENSÃO

7. O que você aprendeu no Programa ou Projeto, que não faz parte do currículo do seu Curso (conteúdos, metodologias, entre outros), que você julga importante ser incluído como disciplina obrigatória ou optativa, ou que você avalia que poderá fazer falta para o estudante que não teve a oportunidade de participar do Programa/Projeto? Justifique.

Além do trato interpessoal com pessoas de realidades absolutamente diversas daquela própria do ambiente universitário ou mesmo profissional do direito, o aprendizado extracurricular principal foi relativo à preparação para a audiência de instrução e julgamento, incluindo o planejamento das perguntas a serem feitas para testemunhas, a orientação ao "cliente" quanto à forma de responder às perguntas a ele direcionadas e mesmo o planejamento de bases gerais da alegação final a ser apresentada. São conhecimentos práticos indispensáveis para a vida profissional do direito, que no entanto não são tratados por nenhuma disciplina constante do currículo.

#### AVALIAÇÃO DO ORIENTADOR

Pontuação: 5 = Excelente; 4 = Bom; 3 = Razoável; 2 = Ruim; 1 = Sofrível; 0 = Não atende.

Na sua opinião, seu orientador neste Programa/Projeto:	0	1	2	3	4	5
Orientou satisfatoriamente o trabalho						x
Incentivou a autonomia do bolsista / voluntário						x
Foi fonte de aprendizado para o bolsista / voluntário						x
Estimulou outras fontes de aprendizado						x
Dividiu as responsabilidades do projeto com os bolsistas/ voluntários						x
Sobrecarregou os bolsistas / voluntários com atividades do Programa/Projeto	x					
Estimulou a troca de experiências e saberes entre os integrantes do Programa/Projeto						x
Acompanhou o desenvolvimento acadêmico do bolsista / voluntário						x
Estimulou ações inter e/ou multidisciplinares						x
Estimulou ações articuladas entre ensino, pesquisa e extensão						x
Articulou experiências adquiridas no projeto com a teoria						x

Apreciação do desempenho do aluno no Programa/Projeto, pelo professor orientador

A aluna desempenhou de forma exemplar as tarefas a ela confiadas ao longo do projeto, tendo demonstrado grande proatividade e profundo comprometimento com relação ao trabalho desenvolvido, assumindo um papel de liderança na equipe do projeto.

A todo momento, se mostrou preocupada com as necessidades da pessoa atendida, tendo buscado formas de auxiliá-la inclusive para além daquelas compreendidas pelo projeto.

\*Data de início e fim: 02/05/2017 – 30/04/2018

\*Turma: ( x ) Diurno ( ) Noturno



## ANEXO 16 – RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO NO PROJETO DE EXTENSÃO

### GRUPO DE JÚRI IURIS TRIVIUM – 2018



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
 PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA  
 COORDENADORIA DE EXTENSÃO

#### RELATÓRIO DE ESTUDANTE PARTICIPANTE DE PROGRAMA OU PROJETO DE EXTENSÃO

**Título do Projeto/Programa:** GRUPO DE JÚRI IURIS TRIVIUM

**Nome:** SUSAN SOUZA

**Curso:** DIREITO

**Matrícula UFPR:** 20140954

**Orientador ou orientadora:** ANDRÉ PEIXOTO DE SOUZA

**Ano a que se refere este relatório:** 2018

**Carga horária semanal:** 02 h/semanais

**Vínculo:**

☒ Voluntário ou Voluntária

☐ Bolsista Fundação Araucária PIBEX

☐ Bolsista Mais Cultura

☐ Bolsista Extensão

☐ Bolsista PROEXT

☐ Bolsista 100 Anos

☐ Bolsista Fundação Araucária PIBIS

☐ Bolsista Cultura

**Períodos de vinculação (anote quantos forem necessários, no modelo definitivo com início e término):**

Vínculo: 31/07/18 - 31/12/18

Bolsista:

#### AVALIAÇÃO SUBJETIVA – INDIVIDUAL/PESSOAL

1. Descreva de forma concisa e objetiva as atividades que você executou no Programa/Projeto.

Pesquisa e avaliação dos juizados selecionados para eventualmente integrar o Conselho de Sentença em sessões de julgamento da 2ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba/PR, acompanhamento de processos selecionados, assistência jurídica aos réus de tais processos, participação na estruturação de sustentações orais.

2. Indique as contribuições para sua formação decorrentes da participação no Programa/Projeto, nas dimensões acadêmica, profissional e cidadã.

Habilidade para o trabalho em equipe, aprendizado da dinâmica prática de funcionamento do Tribunal do Júri em sua fase de julgamento em plenário, aprendizado dos limites dos conhecimentos técnicos utilizados durante as aulas na aplicação prática, sobriedade frente a julgadores laicos.

3. Sua participação no Programa/Projeto de Extensão permitiu a você verificar a relação ensino/pesquisa/extensão? De que forma?

Sim. Restou demonstrado a instigância do conhecimento técnico obtido em sala de aula para enfrentar as situações que se apresentam na prática forense, que só pode ser experimentada com profundidade graças à atuação extensionista, exigindo também aprofundamento dos conceitos aplicados por meio da realização de pesquisas.

4. Quais mudanças você observou no grupo parceiro ou público alvo, de acordo com a proposição inicial do Programa ou Projeto? Os objetivos da atividade de Extensão foram atingidos?

Evidenciou-se a elevação na qualidade da defesa técnica dispensada aos réus assistidos, a partir de trabalho individualizado e realizado por diversas pessoas simultaneamente, com atenção dedicada a todas as especificidades de cada um deles. Assim, é notória que os objetivos da atividade foram atingidos.

5. Quanto à proposta do Programa/Projeto, sob seu ponto de vista, estava adequada às necessidades do grupo parceiro e era viável aplicá-la à realidade ali encontrada? Justifique.

Sim. A prática extensionista permitiu a verificação de que, no geral, em razão do elevado número de processos, não se dispunha a devida atenção às especificidades dos réus necessitantes submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri no desenvolvimento de sua defesa técnica. Assim, é perfeitamente aplicável a essa realidade a proposta de efetivar uma assistência jurídica especializada justamente nos réus que não possuem recursos para patrociná-la sua própria defesa.

6. Quais elementos da interdisciplinaridade (diálogo com outros campos de conhecimento, que não o de seu Curso específico) a participação no Programa/Projeto lhe permitiu aprender ou vivenciar?

As atividades do projeto de extensão demonstraram que os conhecimentos jurídicos não são suficientes para responder a atuação defensiva em processos complexos como são os submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri. Estabeleceu-se, assim, a necessidade de buscar respaldo para as teses defensivas em outras áreas do conhecimento, especialmente a medicina legal, a física, e a psicologia forense.

7. O que você aprendeu no Programa ou Projeto, que não faz parte do currículo do seu Curso (conteúdos, metodologias, entre outros), que você julga importante ser incluído como disciplina obrigatória ou optativa, ou que você avalia que poderá fazer falta para o estudante que não teve a oportunidade de participar do Programa/Projeto?

A experiência no projeto permitiu diversos aprendizados importantes, especialmente em questões que não poderiam ser abordadas em disciplinas tradicionais, como o trato com pessoas de diversos contextos socioeconômicos e educacionais. Revelaram-se de extrema importância também os elementos de interdisciplinaridade, principalmente os relacionados à pericia criminal e à psicologia forense. Ainda, possibilitou-se o aprendizado do funcionamento prático do sistema jurídico penal, que não pode ser atingido por meio dos estudos teóricos realizados em sala de aula.

#### AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE SOBRE O ORIENTADOR

**Pontuação:** 3 = Atendeu satisfatoriamente; 2 = Atendeu parcialmente; 1 = Não atendeu.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA  
COORDENADORIA DE EXTENSÃO

Na sua opinião, seu orientador neste Programa/Projeto:	1	2	3
Orientou satisfatoriamente o trabalho			X
Incentivou sua autonomia			X
Foi fonte de aprendizado para você			X
Estimulou outras fontes de aprendizado			X
Dividiu as responsabilidades do Programa/Projeto com todos os envolvidos			X
Sobrepassou os bolsistas/voluntários com atividades do Programa/Projeto	X		
Estimulou a troca de experiências e saberes entre os integrantes do Programa/Projeto			X
Acompanhou seu desenvolvimento acadêmico			X
Estimulou ações inter e/ou multidisciplinares			X
Estimulou ações articuladas entre Ensino, Pesquisa e Extensão			X
Articulou experiências adquiridas no Programa/Projeto com a teoria			X

Acreditação do desempenho do ou da estudante no Programa/Projeto, pelo orientador ou pela orientadora.

*Susana Squat*  
SUSANA SQUAT

## TERMO DE APROVAÇÃO

· SUSAN SQUAIR

### RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO REALIZADAS NO ÂMBITO DO PROJETO DE EXTENSÃO GRUPO DE JÚRI IURIS TRIVIUM

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



---

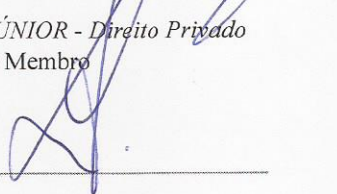
ANDRÉ PELXOTO DE SOUZA  
Orientador

Coorientador



---

SÉRGIO SAID STAUT JÚNIOR - *Direito Privado*  
Primeiro Membro



---

TATIANA LAUAND  
Segundo Membro